

tem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Itausa Europa Investimentos — SGPS, L.<sup>da</sup>, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade o Plano de Contas para o Sistema Bancário (instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal) e outras disposições e práticas em vigor em Portugal para o sector bancário.

Lisboa, 21 de Abril de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por *José Manuel Henrique*, revisor oficial de contas.

3000218118

## Relatório n.º 1-I

Sede social: Rua Dr. Brito Câmara, 20, 1.º, 9000-039 Funchal, Madeira.  
Capital social: 244 767 805 euros.

Pessoa colectiva n.º 511148763.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 5872.

## Relatório e contas consolidadas de 2005

### Relatório da gerência

1 — A nossa sociedade é a empresa mãe do Grupo Itau na Europa por possuir a quase totalidade (99,99%) do capital social da Itausa Portugal, SGPS, S. A. e esta a totalidade do capital social do Banco Itau Europa, S. A. (BIE), que concentra os investimentos do Grupo Itau realizados a partir da Europa. O BIE dispõe de sede em Lisboa, agência em Londres, Sucursal Financeira na Ilha da Madeira e detém filiais no Luxemburgo, o Banco Itau Europa Luxembourg, S. A., e em Cayman, o BIE — Bank & Trust. O BIE possui ainda quota de 51% no capital social da IPI — Itausa Portugal Investimentos, SGPS, L.<sup>da</sup>, que detinha, em 31 de Dezembro de 2005, 16,1% do capital do Banco BPI, S. A., quarto maior banco privado português, com sede no Porto.

2 — A nossa sociedade registou em 2005 o resultado líquido consolidado de 41,3 milhões de euros, superior em 50,7% ao alcançado no ano anterior. Os activos consolidados ascenderam a 2969 milhões de euros e a situação líquida atingiu 458 milhões de euros. Os nossos investimentos acham-se totalmente financiados por capitais próprios, pelo que não registava ao final do exercício social qualquer endividamento.

3 — O Banco Itau Europa, S. A. manteve no decurso de 2005 seus elevados índices de liquidez e de solvabilidade, respectivamente, de 47,7% e de 20,6%. Durante o exercício, os fundos próprios consolidados do Banco evoluíram de 422 milhões de euros para 577 milhões de euros, dos quais 359 euros são representados por capitais próprios atribuíveis aos accionistas. O lucro líquido consolidado desta nossa instituição perfez 41,7 milhões de euros, expressivamente superiores aos 28,1 milhões de euros apurados em 2005.

4 — Finalmente, dando cumprimento ao previsto na lei e nos estatutos da sociedade, propomos que o resultado líquido de 67 712,40 euros registado nas contas individuais seja aplicado nos seguintes termos:

Para reserva legal .....	6 771,24
Para reserva livre .....	60 941,16

Funchal, 21 de Abril de 2006. — A Gerência: (*Assinaturas ilegíveis.*)

## Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

Notas	2005			2004
	Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações	Pró-forma — Valor líquido de imparidade e amortizações
<b>Activo:</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	6	11 020	11 020	10 520
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	7	24 080	24 080	40 159
Activos finan. detidos para negoc. e ao justo valor através de resultados .....	8	39 589	39 859	32 440
Activos financeiros disponíveis para venda .....	10	228 178	228 178	32 440
Aplicações em instituições de crédito .....	11	1 363 608	1 363 608	1 174 997
Crédito a clientes .....	12	1 102 147	(1 797)	642 258
Derivados de cobertura .....		—	—	2 715
Outros activos tangíveis .....	13	6 604	(2 753)	3 105
Activos intangíveis .....	14	4 141	(1 504)	3 239
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	15	190 152	190 152	164 350
Activos por impostos correntes .....	16	17	17	1 035
Activos por impostos diferidos .....	16	179	179	1 387
Outros activos .....	17	5 190	5 190	29 991
<i>Total do activo</i> .....		<u>2 975 175</u>	<u>(6 054)</u>	<u>2 969 121</u>
<b>Passivo:</b>				
Passivos finan. detidos para negoc. e ao justo valor através de resultados .....	18	166 412	166 412	7 199
Recursos de outras instituições de crédito .....	19	1 375 053	1 375 053	1 281 075

(Em milhares de euros)

	Notas	2005			2004
		Valor bruto de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido de imparidade e amortizações	Pró-forma Valor líquido de imparidade e amortizações
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	20	275 631	—	275 631	196 913
Responsabilidades representadas por títulos .....	21	552 863	—	552 863	534 708
Derivados de cobertura .....		—	—	—	5 300
Provisões .....	25	150	—	150	6 495
Passivos por impostos correntes .....	21	1 589	—	1 589	—
Passivos por impostos diferidos .....	22	2 046	—	2 046	—
Passivos subordinados .....	23	120 327	—	120 927	37 231
Outros passivos .....	24	16 711	—	16 711	12 375
<i>Total do passivo</i> .....		<u>2 511 286</u>	<u>—</u>	<u>2 511 286</u>	<u>2 081 846</u>
<b>Capitais próprios:</b>					
Capital .....	26	244 768	—	244 768	144 768
Reservas de reavaliação de justo valor .....	27	1 284	—	1 284	—
Outras reservas e resultados transitados .....	28	72 655	—	72 655	29 444
Resultado líquido consolidado .....		41 282	—	41 282	27 400
<i>Total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas do Grupo</i> .....		<u>359 999</u>	<u>—</u>	<u>359 999</u>	<u>301 612</u>
Interesses minoritários .....	29	97 836	—	97 836	79 165
<i>Total dos capitais próprios</i> .....		<u>457 835</u>	<u>—</u>	<u>457 835</u>	<u>330 777</u>
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i> .....		<u>2 969 121</u>	<u>—</u>	<u>2 969 121</u>	<u>2 462 623</u>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>					
Garantias prestadas e outros passivos eventuais .....	30	—	—	471 483	322 674
Compromissos .....	30	—	—	224 697	139 095
Responsabilidades por prestação de serviços .....	30	—	—	2 304 250	1 649 719

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstrações dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
			Pró-forma
Juros e rendimentos similares .....		88 728	55 968
Juros e encargos similares .....		(52 415)	(33 897)
Margem financeira .....	31	36 313	22 071
Comissões recebidas .....		21 022	13 706
Comissões pagas .....		(3 459)	(1 145)
Comissões líquidas .....	32	17 563	12 561
Rendimentos e receitas operacionais .....		824	702
Encargos e gastos operacionais .....		(358)	(359)
Outros impostos .....		(990)	(778)
Ganhos e perdas não correntes .....	33	(524)	(435)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados .....		(9 231)	(4 155)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....		2 156	325
Resultados de reavaliação cambial .....		2 126	16
Outros resultados em operações financeiras .....		1 619	198
Resultados em operações financeiras .....	34	(3 330)	(3 616)
Produto bancário .....		50 022	311 571
Custos com pessoal .....	35	(12 886)	(8 657)
Gastos gerais administrativos .....		(10 602)	(6 349)
Depreciações e amortizações .....		(1 343)	(1 024)
Custos de estrutura .....		(24 831)	(16 030)
Imparidade e outras provisões líquidas .....	25	(616)	(1 133)
Resultado antes de impostos .....		<u>24 575</u>	<u>13 408</u>

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004 — Pró-forma
Impostos sobre os lucros .....	36	—	—
Impostos correntes .....		(1 730)	(684)
Impostos diferidos .....		(2 123)	1 133
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial) .....	15	40 370	25 602
Resultado consolidado global .....		61 092	39 459
Resultado atribuível a interesses minoritários .....	29	(19 810)	(12 059)
Resultado consolidado do Grupo .....		41 282	27 400

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstrações das alterações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	Capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total de capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 (PCSB) .....	244 768	—	(8 248)	36 211	75 755	348 500
Alteração de políticas contabilísticas para IAS/IFRS (nota n.º 4):						
Impacto à introdução IAS/IFRS em empresas associadas .....	—	—	(48 925)	—	—	(48 925)
Activos intangíveis .....	—	—	(92)	—	—	(92)
Impostos diferidos .....	—	—	255	—	—	255
Provisões para garantias e compromissos .....	—	—	(18)	—	—	(18)
Diferença positiva de primeira consolidação — <i>badwill</i> .....	—	—	34 733	—	—	34 733
Saldos em 31 de Janeiro de 2004 (pró-forma IAS/IFRS) .....	244 768	—	(22 295)	36 211	75 775	334 459
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2003 .....	—	—	36 211	(36 211)	—	—
Resultado gerado no exercício de 2004 .....	—	—	—	29 308	—	29 308
Interesses minoritários .....	—	—	—	—	19 986	19 986
Constituição de provisões risco-país sobre o investimento do BIE no BIE — Bank & Trust .....	—	—	(6 850)	—	—	(6 850)
Variações cambiais e outros movimentos .....	—	—	(13 867)	—	—	(13 867)
Alteração de políticas contabilísticas para IAS/IFRS (nota n.º 4):						
Impacto à introdução IAS/IFRS em empresas associadas .....	—	—	17 799	(2 743)	—	15 056
Activos intangíveis .....	—	—	1 850	(253)	—	1 598
Impostos diferidos .....	—	—	(1)	1 133	—	1 132
Provisões para garantias e compromissos .....	—	—	—	(45)	—	(45)
Interesses minoritários .....	—	—	16 596	—	(16 596)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma IAS/IFRS) .....	244 768	—	29 444	27 400	79 165	380 777
Primeira aplicação do IAS 32 e IAS 39 (nota n.º 4):						
Impacto à introdução do IAS 32, 39 e do IFRS 4 em empresa associada .....	—	—	(3 409)	—	—	(3 409)
Periodificação de comissões .....	—	—	(683)	—	—	(683)
Reservas de reavaliação de justo valor .....	—	5 251	—	—	—	5 251
Imparidade do crédito e saldos a receber .....	—	—	12 333	—	—	12 333
Desreconhecimento de contabilidade de cobertura — derivados e instrumentos cobertos .....	—	—	54	—	—	54
Interesses minoritários .....	—	—	1 670	—	(1 670)	—
Saldos em 1 de Janeiro de 2005 (IAS/IFRS) .....	244 768	5 251	39 409	27 400	77 495	394 323
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2004 .....	—	—	27 400	(27 400)	—	—
Resultado gerado no exercício de 2005 .....	—	—	—	41 282	—	41 282
Interesses minoritários .....	—	—	—	—	20 341	—
Reavaliação de activos disponíveis para venda .....	—	(3 967)	—	—	—	(3 967)
Variações cambiais e outros movimentos .....	—	—	5 856	—	—	5 856
Saldos em 31 de Dezembro de 2005 .....	244 768	1 284	72 665	41 282	97 836	457 835

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	2005	2004 — Pró-forma
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidos .....	104 203	81 359
Juros e comissões pagos .....	(53 099)	(46 566)
Pagamentos a empregados e fornecedores .....	(21 912)	(12 046)
Recuperação de crédito e juros anulados em anos anteriores .....	—	—
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais .....	29 192	22 747
<b>(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais:</b>		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda .....	119 006	(63 727)
Aplicações em instituições de crédito .....	(187 219)	(21 310)
Depósitos em bancos centrais .....	(497)	(166)
Créditos sobre clientes .....	(447 467)	(44 470)
Outros activos operacionais .....	354	(12 845)
<b>Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais:</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação .....	159 213	—
Recursos de outras instituições de crédito .....	91 723	(166 707)
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	78 134	68 648
Responsabilidades representadas por títulos .....	47 084	212 819
Outros passivos operacionais .....	791	(721)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros .....	(109 686)	(5 732)
Impostos pagos sobre os lucros .....	877	(7 214)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais .....</i>	<u>(108 809)</u>	<u>(12 946)</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</b>		
Compra de participações .....	—	—
Dividendos recebidos .....	12 232	11 024
Valores recebidos na venda de imobilizações .....	77	1 774
Compra de imobilizações .....	(1 743)	(207)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento .....</i>	<u>10 566</u>	<u>12 591</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento:</b>		
Dividendos pagos .....	—	—
Emissões de dívida subordinada .....	100 000	—
Amortizações de dívida subordinada .....	(15 000)	—
Aquisições e vendas de subordinada própria .....	(4 800)	—
Juros pagos das actividades de financiamento .....	(1 119)	(1 020)
Aumento de capital próprio .....	—	14 700
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento .....</i>	<u>79 081</u>	<u>13 680</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em calva e seus equivalentes .....	3 086	(2 757)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes .....	(16 076)	10 568
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	40 164	29 596
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	24 088	40 164
	<u>(16 076)</u>	<u>10 568</u>

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005**

(Valores expressos em milhares de euros)

**1 — Actividade e estrutura:**

A sociedade, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída por escritura pública celebrada em 23 de Fevereiro de 2001, com a denominação de Custode — Consultores, Serviços, L.º (Custode), e um capital social de 5 milhares de euros, repartido em duas quotas iguais.

O objecto da Custode consistia na prestação de serviços nas áreas contabilística, económica, da informática, da engenharia civil, da arqui-

tectura, construção, promoção e comercialização de empreendimentos imobiliários turísticos e hoteleiros, consultoria nas referidas áreas e na criação e desenvolvimento de empresas de âmbito internacional, importação e exportação por grosso ou a retalho, comissões e consignações, prospecção de mercados, serviços de promoção e marketing, aquisição, exploração e transferência de patentes, marcas e direitos de autor, compra de imóveis para revenda e gestão da carteira de títulos próprios.

Em 28 de Dezembro de 2001 a Itaúsa — Investimentos Itaú, S. A. e a Itaúsa Export, S. A., ambas com sede no Brasil, adquiriram a totalidade do capital social da Custode aos anteriores sócios, respectivamente por 2,5 milhares de euros cada. Nessa mesma data, os referidos sócios procederam a um aumento do capital social de 5 milhares



I — A sociedade Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.<sup>da</sup> (Itaú Europa — SGPS), com sede na Zona Franca da Madeira. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social da sociedade ascende a 68 126 milhares de euros, integralmente subscritos e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 68 125 860,42 euros e 139,58 euros, detidas pelo Banco e pela Itaúsa Portugal, respectivamente. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações financeiras do Banco no estrangeiro.

A Itaú Europa — SGPS detém a 100% a seguinte sociedade com sede nas Ilhas Caimão:

I.1 — O BIE — Bank & Trust, Ltd., constituído em Julho de 1996 com um capital social de 21 milhões de dólares. Em 27 de Maio de 2003, o capital social, que totalizava 80 milhões de dólares, foi redenominado de dólar para euro, tendo sido atribuído o valor de 67 200 milhares de euros, com base no câmbio indicativo do Banco de Portugal da referida data. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social do BIE — Bank & Trust, Ltd. está representado por 80 000 000 acções de 0,84 euros cada, integralmente subscrito e realizado pela Itaú Europa, SGPS. Este banco está licenciado para praticar todos os actos e negócios próprios das instituições bancárias e de *trust* nos termos da Banks and Trust Companies Law (1995 Revision) das ilhas Caimão e posiciona preferencialmente a sua actividade na realização de operações de comércio externo.

O BIE — Bank & Trust detém a 100% as seguintes subsidiárias com sede nas Ilhas Caimão:

I.1.1 — A sociedade BIE — Cayman, Ltd., constituída em Abril de 1996 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. Em 31 de Dezembro de 2005 o seu capital social realizado ascende a 600 000 dólares. O seu objecto social consiste na colocação dos seguintes de fundos de investimento:

Onix Investment Fund, Ltd.;  
Kadima Investment Fund, Ltd.;  
Lamed Fund Investment, Ltd.;  
Guimel Fund Investment, Ltd.;  
Alef Fund Investment, Ltd.;  
Beit Fund Investment, Ltd.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 334 milhões de dólares (2004: 264 milhões de dólares).

I.1.2 — A sociedade BIE — Nominees, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *private banking* ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

I.1.3 — A sociedade BIE — Directors, Ltd., constituída em Fevereiro de 1997 com um capital social realizado de 1 dólar, representado por uma acção. O seu objecto social consiste na prestação de serviços de *Private Banking* ao BIE — Bank & Trust, Ltd., ou a clientes desse banco. Os estatutos da sociedade prevêm que o seu capital social possa ser aumentado até ao montante de 50 000 dólares.

II — A sociedade Itaú Europa Representações, L.<sup>da</sup>, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em Dezembro de 2000 com um capital social de BRL 1 milhão (510 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 000 000 quotas de 1 BRL cada, das quais 999 999 foram subscritas e realizadas pelo Banco e uma pela Itaúsa Export, S. A. (Grupo Itaúsa Brasil). A actividade desta subsidiária consiste na representação do Banco junto de clientes locais.

III — O Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A. (BIE Luxembourg), com sede no Luxemburgo, tem como principal actividade a realização de operações nas áreas do *private banking*, mercados de capitais e interbancários. O BIE Luxembourg pode ainda realizar todas as demais operações que sejam ou possam vir a ser permitidas no âmbito das diretrizes reguladoras emitidas pelas entidades reguladoras competentes. Em 27 de Março de 2003, a Itaúsa Portugal entregou a sua participação de 99,95% no capital do BIE Luxembourg ao BIE para realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe atribuído um valor de 27,3 milhões de dólares. Em 31 de Dezembro de 2005 o capital social do BIE Luxembourg, integralmente subscrito e realizado, ascende a 20 milhões de dólares (19 milhões de dólares, ao câmbio histórico de aquisição) e está representado por 2000 acções ordinárias de 10 000 dólares cada, das quais 1999 são detidas pelo Banco e uma por entidades terceiras.

A actividade e os principais accionistas das subsidiárias do BIE Luxembourg são como segue:

III.1 — A sociedade BIEL Holding AG com sede em Zurique, Suíça, foi constituída em 19 Dezembro de 1999 com um capital social de 150 000 CHF que foi aumentado em 23 de Dezembro de 1999 para 4,12 milhões de CHF (cerca de 2649 milhares de euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2005), representado por 412 quotas de 10 000 CHF cada, das quais 405 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxembourg.

A actividade desta subsidiária consiste na gestão de participações sociais, sendo de salientar as seguintes entidades:

III.1.1 — A sociedade Banco Itaú Europa Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Outubro de 1995 com um capital social de 5 milhões de LUF (cerca de 124 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 5000 acções nominativas de 1000 LUF cada (24,79 euros, convertidas ao câmbio histórico), das quais 4999 são detidas pela BIE Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na gestão de fundos de investimento mobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se sob a sua gestão os seguintes fundos:

O Banco Itaú Europa Fund — Global Bond;  
Banco Itaú Europa Fund — International Equity;  
Banco Itaú Europa Fund — US Short Bond;  
Banco Itaú Europa Fund — US Equity.

Em 21 de Dezembro de 2005, três destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Banco Itaú Europa Fund — Global Bond.

As carteiras destes fundos são essencialmente constituídas por títulos de emitentes com bom *rating* e cotados na Bolsa de Nova Iorque (fundos US Short Bond e US Equity) e em mercados da OCDE (fundos Global Bond e International Equity).

Em 31 de Dezembro de 2005 as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 49 milhões de dólares (2004: 88 milhões de dólares).

III.1.2 — A sociedade Itaú Europa Luxembourg Advisory Holding Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Janeiro de 2001 com um capital social de 100 milhares de dólares, representado por 100 acções de 1000 dólares cada, das quais 99 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pela Itaúsa Portugal. A actividade desta subsidiária consiste na prestação de serviços de consultoria de gestão ao fundo de investimento Luxemburguês Itaú Europe Luxembourg SICAV que, em 31 de Dezembro de 2004, era composto pelo conjunto dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Geo Summit Brazil Equity;  
Geo Summit Brazil Hedged Fixed Income;  
Geo Summit Brazil Low Leverage Derivatives;  
Money Market — USD;  
MoneyMarket — EUR.

Em 11 de Maio de 2005, quatro destes fundos foram liquidados pelo que, em 31 de Dezembro de 2005, encontrava-se sob a gestão desta sociedade apenas o seguinte fundo:

Money Market — USD.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares do(s) referido(s) fundo(s) apresenta(m) activos líquidos totais no montante de 7 milhões de dólares (2004: 55 milhões de dólares).

III.1.3 — A sociedade Banco Itaú Europa Luxembourg Fund Management Company, S. A., com sede no Luxemburgo, foi constituída em Dezembro de 2002 com um capital social de 125 milhares de dólares e em Janeiro de 2003 o seu capital social foi aumentado para 140 milhares de dólares, representado por 140 acções de 1000 dólares cada, das quais 139 são detidas pela BIEL Holding AG e uma pelo BIE Luxembourg. A actividade desta subsidiária consiste na gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

Conservative Class -P-;  
Moderate Class -P-.

Em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras preliminares dos referidos fundos apresentam activos líquidos totais no montante de 22 milhões de dólares (2004: 57 milhões de dólares).

III.2 — A sociedade Bielux Representações, L.<sup>da</sup>, com sede em São Paulo, Brasil, foi constituída em 1 de Dezembro de 1999 com um capital social de 1,5 milhões de BRL (cerca de 827 milhares de euros, convertidos ao câmbio histórico), representado por 1 500 000 quotas de 1 BRL cada, das quais 1 499 999 foram subscritas e realizadas pelo BIE Luxemburgo e uma pela Itáusa Export, S. A. (Grupo Itaú Brasil). A actividade desta subsidiária consiste na representação do BIE Luxemburgo junto de clientes locais.

IV — A sociedade IPI — Itáusa Portugal Investimentos — SGPS, L.<sup>da</sup> (IPI), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei n.º 495/88 e n.º 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente. Na data da sua constituição, o seu capital social foi subscrito em 60% pela Itáusa Portugal e em 40% pela Afínco Américas Madeira — SGPS, L.<sup>da</sup> (Afínco) (Grupo Itaú Brasil).

Em 31 de Dezembro de 2003, a sócia Itáusa Portugal entregou a participação de 51% detida a essa data no capital da IPI ao BIE para a realização do aumento de capital em espécie desta última entidade, tendo-lhe sido atribuído um valor de 137,9 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da IPI era detido em 51% pelo BIE e em 49% pela Afínco.

A data do presente balanço a IPI detinha uma participação de 16,095% no Banco BPI, S. A. (Banco BPI), sendo a actividade e os principais accionistas desta entidade como segue:

IV.1 — O Banco BPI é a entidade principal de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multi-especializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O Banco BPI está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2005, a IPI detém uma participação de 16,095% no capital social do Banco BPI. Os restantes principais accionistas individuais do Banco BPI são o Grupo catalão La Caixa com 16,0%, o Grupo segurador alemão Allianz com 8,8%, o Banco Santander Central Hispano com 5,8% e o Grupo BCP com 3,1%, encontrando-se o remanescente disperso por diversas entidades financeiras nacionais e estrangeiras, empresas portuguesas e público em geral.

V — A sociedade Itaú Madeira Investimentos — SGPS, L.<sup>da</sup>, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Dezembro de 2004 com um capital social de 5000 euros integralmente subscrito e realizado, encontrando-se representado por duas quotas, de valor nominal de 4900 euros e 100 euros, detidas pelo Banco e pela Itáusa Portugal, respectivamente.

2 — Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas:

#### 2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos da Itáusa Europa e das suas subsidiárias e associadas, processados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards — IAS/IFRS), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) estabelecido pelo Banco de Portugal através da instrução n.º 4/96, de 17 de Junho. Em 2005, o Grupo apresenta pela primeira vez as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração definidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia.

Os principais impactos decorrentes da introdução dos IAS/IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo Itaúsa Europa são apresentados na nota n.º 4.

#### 2.2 — Comparabilidade da informação (IFRS 1):

Com o objectivo de assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2004 foram convertidas para IAS/IFRS (demonstrações financeiras pró-forma),

conforme definido pela IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, excepto no que respeita à IAS 32 — Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro.

As normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 foram aplicadas pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2005. Nas demonstrações financeiras pró-forma de 31 de Dezembro de 2004, os activos e passivos foram distribuídos de modo a permitir a sua comparabilidade, contudo, os critérios de reconhecimento e mensuração dos activos e passivos financeiros seguem o PCSB definido pelo Banco de Portugal.

Assim, a comparabilidade entre as demonstrações dos dois exercícios apresenta as seguintes limitações, decorrentes da aplicação da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 apenas em 1 de Janeiro de 2005:

Em 2005, os títulos incluídos na carteira de disponíveis para venda são registados ao justo valor, as respectivas mais e menos valias potenciais são reconhecidas nos capitais próprios, na rubrica reserva de reavaliação de justo valor, e as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. A carteira de títulos disponíveis para venda inclui essencialmente títulos que, em 2004, de acordo com o PCSB, estavam classificados na carteira de investimento, cujas menos-valias potenciais eram provisionadas através de resultados enquanto que as mais-valias potenciais não eram reconhecidas;

Em 2005, todos os derivados financeiros são registados ao justo valor e as respectivas mais e menos valias potenciais são reconhecidas em resultados;

Em 2005, a imparidade na carteira de crédito é avaliada como descrito na nota n.º 2.3.4. No âmbito do PCSB, a carteira de crédito estava sujeita à constituição de provisões específicas para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa e de provisões para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

#### 2.3 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, excepto no que respeita às normas IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 2004, conforme descrito no ponto anterior.

##### 2.3.1 — Bases de consolidação:

###### a) Participações financeiras em subsidiárias (IAS 27):

As participações financeiras em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde o momento em que o Grupo assume controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As transacções e os saldos mais significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados neste processo. O valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

###### b) Participações financeiras em empresas associadas (IAS 23):

As participações financeiras em empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não o controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição dos conselhos de administração com poderes executivos.

Pelo método da equivalência patrimonial, o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo no total dos capitais próprios e dos resultados reconhecidos pela associada indirecta Banco BPI (v. nota n.º 15).

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

Para as empresas subsidiárias, as diferenças de consolidação negativas — *goodwill*, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da primeira consolidação, são registadas como activo e sujeitas a testes de imparidade.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação. O valor de balanço das empresas associadas (incluindo *goodwill*) é sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36 e IAS 39.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas — *badwill*, são imediatamente reconhecidas em resultados.

## d) Entidades de finalidade especial — SPEs (SIC 12):

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPEs quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

As actividades das SPEs estão a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do seu funcionamento;

O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades das SPEs;

O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios das SPEs e consequentemente estar exposto a riscos inerentes às suas actividades;

O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos às SPEs ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

A actividade das SPEs controladas pelo Grupo consiste essencialmente no financiamento à exportação de diversas empresas brasileiras. As SPEs emitem papel comercial para financiar as operações e redistribuir o risco relacionado. O papel comercial é colocado em diversas contrapartes, sendo que o Grupo tem o compromisso de tomada firme. O Grupo está exposto à maioria dos benefícios e riscos do negócio destas SPEs, o que indica que as controla, pelo que são consolidadas integralmente pelo Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005, estes SPEs têm activos e passivos no montante de 207,6 milhões de euros (2004: 133,6 milhões de euros).

## e) Empresas subsidiárias e associadas em moeda estrangeira (IAS 21):

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros, com base no câmbio de divisas divulgada a título indicativo pela Banco de Portugal, sendo que:

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio ponderado do exercício;

As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.3.2 — *Activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)*. — Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

Preços de um mercado activo.

Métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacente:

Cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; Preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de um forma regular. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

a) Activos financeiros da negociação e ao justo valor através de resultados e passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados:

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

Títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;

Títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;

Derivados de negociação.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

Passivos financeiros suportados com o objectivo de recompra num futuro próximo;

*Credit Linked Notes* que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;

Derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

## b) Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica inclui:

Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como títulos de negociação nem como crédito;

Títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa efectiva.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidades relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas. No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de activos financeiros disponíveis para venda designados como activos cobertos.

## c) Créditos e outros valores a receber:

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a clientes e a instituições de crédito, participações em empréstimos sindicados e



créditos tituladas (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente, são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital e juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de créditos designados como activos cobertos.

2.3.3 — *Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis.* — As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

#### 2.3.4 — *Imparidade:*

O Grupo gere o risco de crédito através de um conjunto de procedimentos de análise, aprovação e acompanhamento das operações de crédito, sendo de salientar, entre outros, os seguintes:

Todas as operações são sujeitas a uma análise detalhada pelo Departamento de Crédito;

Encontram-se estabelecidos limites máximos de exposição (incluindo garantias concedidas) por entidade e por maturidade;

É constituído e mantido um processo de crédito actualizado para cada cliente; Este processo inclui diversa informação sobre o cliente, nomeadamente demonstrações financeiras, artigos de imprensa, *rating* interno, etc;

É atribuído um *rating* interno de acordo com um conjunto alargado de parâmetros quantitativos e qualitativos de elevado critério prudencial;

A exposição ao risco de crédito é regularmente aferida pelo acompanhamento da situação financeira dos clientes e pela revisão periódica dos *ratings* atribuídos;

Todas as operações são alvo de aprovação prévia pela Comissão de Crédito (inclui os membros do conselho de administração);

As operações que ultrapassem determinados níveis de exposição são adicionalmente aprovadas pela Comissão Superior de Crédito (inclui outros membros do conselho de administração, residentes no Brasil, com suporte técnico dos competentes órgãos de gestão de crédito do conglomerado Itaú);

Em algumas situações, o risco de crédito é igualmente mitigado através da obtenção de garantias adicionais;

É analisada a concentração da sua exposição ao risco de crédito por grupo económico, sector de actividade, tipo de produto e *rating*.

#### Pressupostos de cálculo:

Considera-se que os factores que influenciam a quantificação do risco de crédito implícito na carteira de crédito são, entre outros, os seguintes:

Grau de incumprimento histórico do cliente;  
Nível médio ponderado de *rating* (entenda-se *rating* interno e/ou externo);

Qualidade das garantias recebidas no âmbito das operações de crédito;

Índice de concentração do crédito por grupo económico, sector de actividade e tipo de produto;

Prazo residual das operações;

Índice de correlação sectorial e empresarial dos diferentes créditos.

Para apuramento da perda esperada na carteira de crédito, e por forma a obter uma melhor correlação do histórico de perdas nos clientes face à informação existente no mercado, a análise foi baseada nos seguintes dados: Expected Default Frequency (EDF) e Recovery Rate (RR) calculadas pelo modelo da Moodys KMV (este modelo é utilizado pela grande maioria das instituições financeiras).

Os indicadores utilizados são fornecidos pela Moodys KMV e traduzem a análise, através de modelos financeiros, das informações das empresas. São utilizadas algumas rubricas das demonstrações financeiras

e outros factores relevantes, como o país, sector, *rating* e histórico de incumprimentos.

O modelo do KMV baseia-se no cenário de equivalência entre a elaboração de um empréstimo bancário e o lançamento de uma opção de venda sobre os activos da empresa que pede o empréstimo.

O EDF (Expected Default Frequency) corresponde à avaliação da qualidade do crédito, traduzida quantitativamente numa probabilidade de incumprimento (entre 0,02% e 20%). Este cálculo consiste na aplicação do modelo de Merton para determinar a distância entre o valor dos activos e o endividamento da contraparte.

A *recovery rate* corresponde à percentagem do capital em risco, que ainda é possível recuperar, caso se verifique incumprimento por parte da empresa.

Esta estimativa é calculada tendo como base o valor dos activos e passivos da empresa associados ao tipo de crédito e senioridade da dívida e colateral.

#### Metodologia de cálculo:

São inventariadas todas as operações sujeitas ao presente cálculo e os parâmetros relevantes para o efeito, nomeadamente o montante, o prazo residual até ao vencimento, o cliente, a garantia, os respectivos *ratings* internos e indicadores financeiros combinados com a informação de carácter qualitativo, indicando a severidade com que o cliente deve ser tratado, quer no momento do estabelecimento do limite de crédito quer na posterior monitorização do risco.

Para cada uma das operações é calculada a perda mediante o produto do montante da operação pela percentagem de incumprimento (já deduzida da taxa de recuperação que lhe correspondia), obtendo-se o valor total de perda esperada da carteira de crédito, pelo somatório das perdas esperadas de todas as operações.

Para o cálculo das operações que são garantidas, são utilizados os EDFs e RRs dos respectivos garantidores, como forma de mitigar o risco. No caso da operação ser garantida por mais do que um garantidor, apenas é considerada, por motivos prudenciais a garantia do titular do pior EDF.

2.3.5 — *Dívida titulada emitida pelo Grupo.* — As emissões de obrigações do Grupo estão registadas nas rubricas de passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso dos *credit linked notes*).

Exceptuando os *credit linked notes*, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os *credit linked notes* são registados inicialmente ao justo valor excluindo custos de transacção (que são reconhecidos de imediato como custos) e subsequentemente também pelo justo valor com as respectivas variações reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não dispõe de obrigações designadas como passivos cobertos.

2.3.6 — *Contabilidade de cobertura.* — O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento.

Pela IAS 39 — instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

À data de início da relação existe documentação formal da cobertura;  
Se espera uma cobertura altamente eficaz;  
A eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada;  
A cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não utiliza a contabilidade de cobertura para registar os seus instrumentos financeiros derivados.

2.3.7 — *Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira.* — Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

#### Posição à vista:

A posição à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos expressos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo

que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

#### Posição a prazo (*forward*):

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e as taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

2.3.8 — *Activos tangíveis (IAS 16)*. — Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso (em percentagem):

	Taxa
Imóveis de serviço próprio .....	2
Mobiliário e material .....	12,5
Equipamento informático .....	25
Instalações interiores .....	10 a 20
Material de transporte .....	25
Outro equipamento .....	8,3 a 33,3

A movimentação dos activos tangíveis encontra-se apresentada na nota n.º 13.

2.3.9 — *Activos intangíveis (IAS 38)*. — O Grupo regista nesta rubrica essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

A movimentação dos activos intangíveis encontra-se apresentada na nota n.º 14.

2.3.10 — *Caixa e equivalentes de caixa (IAS 7)*. — Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.3.11 — *Impostos sobre os lucros (IAS 12)*. — A Itaúsa Europa e as suas subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a subsidiária indirecta Itaú Europa — SGPS e as Sucursais do BIE sediadas na Zona Franca da Madeira beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do estatuto dos Benefícios Fiscais.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente títulos disponíveis para venda).

#### 2.3.12 — *Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas*:

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo, são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

##### a) Imparidade do crédito:

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar.

##### b) Justo valor de derivados e de activos financeiros não cotados:

O justo valor dos derivados e dos activos financeiros não cotados é estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

##### c) Impostos diferidos:

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

2.3.13 — *Responsabilidades com pensões de reforma*. — Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Grupo não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados e administradores, os quais estão abrangidos pelo regime de segurança social.

#### 3 — Gestão do risco financeiro:

##### 3.1 — Estratégia na utilização de instrumentos financeiros:

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, variações de taxas de juro e de preços. A comissão executiva impõe limites ao nível de exposição ao mercado que pode ser assumida *overnight* e *intraday*.

##### 3.2 — Risco de crédito:

O Grupo assume exposição ao risco de crédito, ou seja, ao risco de que a contraparte não cumpra com o serviço da dívida. A imparidade representa as perdas incorridas à data de balanço. Contudo, mudanças significativas na economia ou num determinado segmento em que esteja concentrado crédito concedido pelo Grupo, poderão resultar em perdas distintas das evidenciadas à data de balanço. Assim sendo, a comissão executiva regula criteriosamente a sua exposição ao risco de crédito.

Os activos financeiros que potencialmente expõem o Grupo a concentrações de risco de crédito consistem essencialmente no crédito a clientes, nas aplicações em outras instituições financeiras, nas obrigações e outros títulos de rendimento fixo e nos derivados. Estes activos expõem o Grupo a concentrações geográficas de risco de crédito, devido à concentração destes activos com instituições financeiras e clientes brasileiros (13,20%) e portugueses (17,48%). O risco de crédito remanescente é composto maioritariamente por activos junto de instituições financeiras e clientes de outros países da OCDE.

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume através da colocação de limites ao risco aceite em relação a um cliente ou grupo

de clientes, a um segmento de negócio e a instituições financeiras e clientes brasileiros. Estes riscos são acompanhados numa base recorrente e sujeitos a revisão periódica. A comissão executiva aprova limites ao nível de risco de crédito.

A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise regular da capacidade dos clientes para cumprir com as suas responsabilidades de pagamento de capital e juros, da alteração dos limites de financiamento sempre que necessário, e pela obtenção de colaterais e garantias.

A análise às carteiras de negociação, de títulos disponíveis para venda e de crédito encontra-se nas notas n.ºs 8,10 e 12.

### 3.3 — Risco de mercado:

O Grupo assume exposição a riscos de mercado, ou seja, a riscos provenientes de posições em aberto em taxas de juro, moeda estrangeira, a outros produtos expostos a movimentos gerais e específicos do mercado.

O Grupo estima as perdas potenciais que poderão advir de alterações nas condições de mercado. O Grupo aplica a metodologia de VaR — *value at risk* — *stress testing*, que se baseia em modelos estatísticos que estimam o risco de perda através de padrões históricos de preços e volatilidade. A abordagem utiliza conceitos estatísticos que estimam a probabilidade do valor de um instrumento financeiro situar-se acima ou abaixo de determinado montante. A comissão executiva determina limites para o valor do risco que pode ser aceite, sendo monitorizado numa base diária.

O Grupo utiliza o VaR paramétrico com um intervalo de confiança de 99% e um *holding period* de 90 dias. O Grupo também calcula o

99% DeaR (*daily earnings at risk*). Estes indicadores são calculados pelo Departamento de Gestão de Risco e monitorizados pela comissão executiva numa base regular.

Em 31 de Dezembro de 2005, os riscos de mercado em termos consolidados apresentavam um DeaR (perda potencial esperada (VaR) para um dia, calculado com um intervalo de confiança de 99%), conforme segue (em euros):

	Actividades		Total
	Negociação	Investimento	
Risco de taxa de juro ....	95 567	46 506	142 073
Risco cambial .....	20 409	22 243	42 652
<i>Total</i> .....	115 976	68 749	184 725

### 3.4 — Risco cambial:

O Grupo assume exposição aos efeitos de flutuações cambiais nas suas posições financeiras e *cash flows*.

Aplicações e recursos de instituições financeiras, títulos, crédito a clientes e derivados de moeda expõem o Grupo a risco cambial. O Grupo gere este risco colocando limites ao *mismatch* entre activos, passivos e extrapatrimoniais em cada moeda. A comissão executiva aprova os limites ao nível de exposição ao risco cambial.

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos, passivos e extrapatrimoniais do Grupo denominados em moeda estrangeira apresenta-se como segue:

	2005		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
<b>Activo líquido:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	3	3	6
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	14 383	2 303	17 136
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através da resultados .....	10 756	100	10 656
Activos financeiros disponíveis para venda .....	39 191	1 462	40 653
Aplicações em instituições de crédito .....	812 112	17 888	830 000
Crédito a clientes .....	709 880	8 656	718 462
Derivados de cobertura .....	—	—	—
Outros activos tangíveis .....	531	14	545
Activos intangíveis .....	1 141	—	1 141
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	—	—	—
Activos por impostas correntes .....	—	—	—
Activos por impostos diferidos .....	—	—	—
Outros activos .....	456	72	528
	<u>1 588 880</u>	<u>30 498</u>	<u>1 619 376</u>
<b>Passivo:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	85 375	58 973	144 348
Recursos da outras instituições de crédito .....	784 566	8 336	792 904
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	253 276	9 787	263 063
Responsabilidades representadas por títulos .....	29 686	—	29 636
Derivados de cobertura .....	—	—	—
Provisões .....	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	—	—	—
Passivos por impostos diferidos .....	—	—	—
Passivos subordinados .....	47 455	—	47 455
Outros passivos .....	1 327	906	2 233
	<u>1 201 687</u>	<u>78 002</u>	<u>1 279 689</u>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>			
<i>Currency options</i> .....	(13 577)	—	(13 577)
<i>Currency futures</i> .....	—	(2 462)	(2 462)
<i>Foreign exchange forwards</i> .....	(43 928)	63 903	19 974
<i>Currency swaps</i> .....	(312 173)	(6 702)	(318 875)
Posição global operacional .....	17 515	9 596	27 211

Em 31 de Dezembro de 2004, os activos, passivos e extrapatrimoniais do Grupo denominados em moeda estrangeira apresenta-se como segue:

	2004		Total
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	
<b>Activo líquido:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	1	2	3
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	9 365	2 521	11 888
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	11 928	—	11 926
Activos financeiros disponíveis para venda .....	26 073	157	26 231
Aplicações em instituições de crédito .....	681 326	10 565	691 691
Crédito a clientes .....	431 363	2 054	433 417
Derivados de cobertura .....	1 411	—	1 411
Outros activos tangíveis .....	163	7	170
Activos intangíveis .....	1 634	—	1 634
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	—	—	—
Activos por impostos correntes .....	—	—	—
Activos por impostos diferidos .....	—	—	—
Outros activos .....	2 735	290	3 025
	<u>1 163 264</u>	<u>15 307</u>	<u>1 178 571</u>
<b>Passivo:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	2 078	1 131	3 209
Recursos de outras instituições de crédito .....	713 507	162	713 669
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	146 101	11 343	157 444
Responsabilidades representadas por títulos .....	27 011	—	27 311
Derivados de cobertura .....	(1 123)	—	(1 123)
Provisões .....	—	—	—
Passivos por impostos correntes .....	—	—	—
Passivos por impostos diferidos .....	—	—	—
Passivos subordinados .....	22 084	—	22 084
Outros passivos .....	1 198	(47)	1 151
	<u>911 657</u>	<u>12 589</u>	<u>924 246</u>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>			
<i>Foreign exchange forwards</i> .....	440	(1 206)	(766)
<i>Currency swaps</i> .....	(186 930)	(2 128)	(189 058)
Posição global operacional .....	65 117	(616)	64 501

### 3.5 — Risco de taxa de juro:

Risco de taxa de juro é o risco de flutuação a que estão sujeitos os *cash-flows* de um instrumento financeiro, devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

Aplicações e recursos em instituições financeiras, crédito a clientes, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a risco de taxa de juro.

O Grupo gere o seu risco de taxa de juro colocando limites no nível de *mismatch* de refixação de taxa de juro que pode ser suportado. A comissão executiva aprova limites ao nível de exposição a risco de taxa de juro.

O quadro seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2005. Incluídos no quadro estão os activos e passivos do Grupo ao valor de balanço, categorizados pela mais recente entre as datas de refixação de taxa de juro e de maturidade. Os valores de balanço dos instrumentos financeiros derivados, que são essencialmente utilizados para reduzir a exposição do Grupo a movimentos de taxa de juro, estão incluídos nas rubricas de activos financeiros detidos para negociação e de passivos financeiros detidos para negociação, sob o título sem rentabilidade.

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rendibilidade	
<b>Activos:</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	—	—	—	—	—	11 020	11 020
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	—	—	—	—	—	24 080	24 080
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	1 680	5 297	14 042	—	1 076	17 784	39 859
Activos financeiros disponíveis para venda .....	3 925	61 800	113 796	43 102	5 080	475	228 178
Aplicações em instituições de crédito .....	1 241 783	50 139	58 264	13 422	—	—	1 363 508
Crédito a clientes .....	219 302	86 722	312 284	409 930	71 559	463	1 100 350
Outros activos .....	—	—	—	—	—	202 026	202 026
<i>Total de activos</i> .....	<u>1 456 670</u>	<u>203 958</u>	<u>498 388</u>	<u>488 454</u>	<u>77 825</u>	<u>255 848</u>	<u>2 989 121</u>

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rendibilidade	
Passivos:							
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	12 059	71 249	21 019	38 252	—	23 833	166 412
Recursos de outras instituições de crédito .....	786 377	240 701	147 390	200 556	—	34	1 375 058
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	114 514	20 131	10 258	—	—	130 728	275 631
Responsabilidades representadas por títulos .....	41 871	—	133 003	371 920	8 080	(2 012)	552 862
Passivos subordinados .....	—	—	—	25 542	95 285	—	120 827
Outros passivos .....	—	—	—	—	—	20 496	20 498
<i>Total de passivos</i> .....	<u>954 821</u>	<u>332 081</u>	<u>311 670</u>	<u>636 270</u>	<u>103 365</u>	<u>173 079</u>	<u>2 511 286</u>
Gap de liquidez .....	611 849	(128 123)	186 696	(169 816)	(25 540)		

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima, para activos e passivos em euros é de 12% e de 3,04%, respectivamente. A taxa de juro mínima, para activos e passivos em euros é de 2,15% e de 1,25%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima, para activos e passivos em dólares é de 9,4% e de 18%, respectivamente. A taxa de juro mínima, para activos e passivos em dólares é de 2,96% e de 3%, respectivamente.

### 3.6 — Risco de liquidez:

O Grupo está exposto a risco de liquidez. A comissão executiva, estabelece limites à proporção mínima de fundos disponíveis para cobrir níveis inesperados de procura.

O quadro seguinte analisa os activos e passivos do Grupo por grupos relevantes de maturidade, baseados no prazo residual até a maturidade:

	2005						Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Sem rendibilidade	
Activos:							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	11 020	—	—	—	—	—	11 020
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	24 080	—	—	—	—	—	24 080
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	960	7 001	111	16 916	14 416	456	39 859
Activos financeiros disponíveis para venda .....	—	16 939	5 383	194 362	11 038	476	228 179
Aplicações em instituições de crédito .....	1 241 783	50 139	13 427	58 259	—	—	1 363 608
Crédito a clientes .....	210 788	78 266	285 245	450 748	74 323	—	1 100 350
Outros activos .....	—	—	5 386	—	196 640	—	202 026
<i>Total de activos</i> .....	<u>1 488 511</u>	<u>152 345</u>	<u>310 532</u>	<u>720 285</u>	<u>296 416</u>	<u>932</u>	<u>2 959 121</u>
Passivos:							
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	17 924	20 785	22 619	104 768	—	316	166 412
Recursos de outras instituições de crédito .....	786 377	240 701	147 390	200 590	—	—	1 375 058
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	244 753	20 245	10 633	—	—	—	275 631
Responsabilidades representadas por títulos .....	41 871	—	133 003	371 548	5 440	—	552 862
Passivos subordinados .....	—	—	—	25 542	95 285	—	120 827
Outros passivos .....	—	—	20 496	—	—	—	20 496
<i>Total de passivos</i> .....	<u>1 090 925</u>	<u>281 731</u>	<u>334 141</u>	<u>702 448</u>	<u>101 725</u>	<u>316</u>	<u>2 511 286</u>
Gap de liquidez .....	397 886	(129 386)	(23 609)	17 837	194 691	316	457 835

### 3.7 — Justo valor de activos e passivos financeiros:

O justo valor dos activos e passivos financeiros é estimado com base nos preços de mercado disponíveis. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é medido utilizando o método do *net present value* (NPV) e modelos de cálculo do preço de opções que envolvem parâmetros verificados no mercado.

	2005		
	Justo valor	Valor contabilístico	Diferença
Activos financeiros:			
Aplicações em instituições de crédito .....	1 363 300	1 363 508	(308)
Crédito a clientes .....	1 098 680	1 100 350	(1 670)

	2005		
	Justo valor	Valor contabilístico	Diferença
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito e da clientes .....	1 651 255	1 650 689	566
Responsabilidade representadas por títulos .....	554 095	552 862	1 233
Passivos subordinados .....	120 810	120 827	(17)

## a) Aplicações em instituições de crédito:

O justo valor de aplicações a taxa variável e depósitos *overnight* é o seu valor de balanço. O justo valor estimado para os depósitos a taxa fixa é baseado nos *cash-flows* descontados às taxas de mercado monetário prevalecentes para aplicações com risco de crédito e prazo residual semelhante.

## b) Crédito a clientes:

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. O justo valor estimado do crédito representa o montante descontado dos *cash-flows* futuros cujo recebimento é expectável. Os *cash-flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

## c) Recursos de instituições de crédito e de clientes:

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o montante de reembolso. O justo valor estimado dos depósitos a taxa fixa é baseado em *cash-flows* descontados utilizando taxas de juro para novos depósitos com prazo residual similar.

## d) Responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados:

O justo valor estimado das emissões representa o valor descontado dos *cash flows* esperados a serem pagos. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado para determinar o justo valor.

## e) Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo não tem instrumentos financeiros mensurados ao justo valor utilizando uma técnica de

valorização não suportada por preços ou taxas observáveis no mercado.

## 3.3 — Actividade fiduciária:

Através da sua subsidiária BIE Bank & Trust, o Grupo desenvolve actividades fiduciárias que resultam na detenção e/ou colocação de activos de particulares, *trusts* e outras instituições. Estes activos, bem como o resultado por eles gerado, estão excluídos destas demonstrações financeiras, dado que não se tratam de activos do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2005, encontravam-se sob gestão do BIE Bank & Trust 31 *trusts*, com o valor total de 107 milhões de euros (2004: 32 *trusts*, 111 milhões de euros).

## 4 — Introdução das normas internacionais de relato financeiro (IAS/IFRS):

## 4.1 — Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2004 da transição para IAS/IFRS:

A aplicação das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global positivo nos capitais próprios do Grupo em 1 de Janeiro de 2005 no valor de 17 239 milhares de euros em relação ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o PCSB (incluindo interesses minoritários):

As alterações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2004 traduziram-se num aumento dos capitais próprios de 31 de Dezembro de 2004 no valor de 3693 milhares de euros;

Adicionalmente, a introdução da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005 teve um impacto positivo de 13 546 milhares de euros.

Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Valores de acordo com o PCSB (a) .....	348 608	29 308	377 084
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS:			
IFRS 1 — Impacto de introdução IAS/IFRS em empresa associada .....	(48 925)	(2 743)	(33 869)
IAS 38 — Activos e intangíveis .....	(92)	(253)	1 505
IAS 12 — Impostos diferidos .....	255	1 133	1 387
IAS 37 — Provisões para garantias e compromissos .....	(18)	(45)	(63)
IAS 28, IFRS 3 — Diferença positiva da primeira consolidação — <i>badwill</i> .....	34 733	—	34 733
	(14 047)	(1 908)	3 693
Valores de acordo com as IAS/IFRS .....	334 459	27 400	380 777
Alterações resultantes da introdução da IAS 32, 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005:			
IAS 32, IAS 38 e IFRS 4 — Impacto da introdução em empresa associada .....			(3 409)
IAS 39 — Periodificação de comissões .....			(553)
IAS 39 — Reserva de reavaliação de justo valor .....			5 251
IAS 39 — Imparidade do crédito e saldos a receber .....			12 333
IAS 39 — Desreconhecimento contabilidade cobertura — derivados e instrumentos cobertos .....			64
			13 546
Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005, incluindo IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 .....			394 323

(a) Capitais próprios incluindo interesses minoritários. No PCSB os interesses minoritários eram registados numa rubrica autónoma.

## Impacto das alterações das IAS/IFRS em 2004:

## i) Impacto da introdução IAS/IFRS em empresa associada:

Os impactos da introdução das IAS/IFRS (excluindo IAS 32, 39 e IFRS 4) em 2004 na associada Banco BPI justificam a quase totalidade do impacto registado nas contas do Grupo na mesma data. Tais impactos ascenderam no Banco BPI a uma diminuição líquida dos seus capitais

próprios de 210 milhões de euros e respeitam essencialmente ao reconhecimento de responsabilidades com pensões de reforma, impostos diferidos e ajuste no *goodwill* e *badwill* de associadas.

ii) Activos intangíveis:

O impacto da introdução da IAS 38 no Grupo ao nível dos activos intangíveis é resumido da seguinte forma:

Activos intangíveis	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Reconhecimento de imobilizado intangível .....	—	(309)	1 540
Desreconhecimento de imobilizado intangível .....	(92)	56	(35)
	(92)	(253)	1 505

Na sequência da aquisição do BBA — Creditanstalt Bank Limited (BBA) pelo Banco Itaú, S. A., em 2004, o Banco Itaú Europa Luxemburgo (BIEL) ficou com a gestão da carteira de clientes do BBA, contra o pagamento de direitos a essa instituição. Dado que o custo deste activo havia sido identificado como *goodwill*, foi amortizado directamente por contrapartida de reservas no consolidado preparado em base PCSB. No entanto, de acordo com as IAS/IFRS tal activo qualifica-se como um activo intangível segundo o definido no IAS 33. No contrato de aquisição deste activo está explícita a possibilidade da estimativa inicial de benefícios esperados (3497 milhares de dólares) poder ser ajustada caso se conclua que existe imparidade. A análise de imparidade é apreciada tendo em conta os activos de clientes do BBA efectivamente transferidos para o BIEL. No final de 2004, o valor líquido de balanço deste activo ascendia a 2157 milhares de dólares (1540 milhares de euros).

Os demais ajustes são relacionados com activos que não são reconhecidos como intangíveis de acordo com IAS/IFRS, nomeadamente despesas de instalação e programas informáticos.

iii) Impostos diferidos:

De acordo com o PCSB não eram reconhecidos impostos diferidos activos. Na transição para as IAS/IFRS, foram reconhecidos impostos diferidos activos e passivos associados aos ajustamentos de transição e impostos diferidos activos não reconhecidos de acordo com as regras do PCSB.

As taxas de imposto utilizadas foram as relevantes para as participadas do Grupo sujeitas à constituição de impostos diferidos: 27,5% em Portugal Continental e 29,63% para o Luxemburgo.

Os principais impactos são resumidos no quadro abaixo:

Impostos diferidos	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2004	Lucro em 2004	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004
Diferenças temporárias de activos derivados .....	235	312	546
Créditos fiscais apurados em 2004 .....	—	832	832
Desreconhecimento de imobilizado intangível .....	18	(9)	9
Imposto diferido de provisões para garantias e compromissos .....	2	(2)	—
	255	1 133	1 387

iv) Diferença positiva de primeira consolidação — *badwill*:

De acordo com o normativo anterior, as diferenças positivas de primeira consolidação, correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da primeira consolidação, eram registadas por contraparte da rubrica de passivo. Na transição para as IAS/IFRS, e de acordo com a IFRS 3 — Concentrações de negócios, a diferença positiva da primeira consolidação atrás referida foi desreconhecida, com correspondente ajuste no balanço de abertura por contrapartida da rubrica de outras reservas e resultados transitados (capitais próprios).

Impacto das alterações da IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005:

i) Introdução da IAS 32 e IAS 39 e da IFRS 4 em empresa associada:

A introdução da IAS 32 e IAS 39 e da IFRS 4 no Banco BPI teve um impacto negativo de 21,2 milhões de euros nas contas desta associada. Este impacto deveu-se essencialmente à contabilização das acções próprias detidas de acordo com o IAS 32, à aplicação da IAS 39 à carteira de títulos e ao cálculo da imparidade para os activos financeiros.

ii) Periodificação de comissões:

De acordo com as IAS/IFRS, os proveitos e custos associadas a activos e passivos financeiros ao custo amortizado devem ser periodificados ao longo da vida das operações.

As comissões totalmente contabilizadas como proveito até 31 de Dezembro de 2004, mas que, de acordo com as IAS/IFRS deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram abatidas a resultados transitados em 1 de Janeiro de 2005 (632 milhares de euros antes de impostos).

iii) Reserva de reavaliação de justo valor:

A IAS 39 determina que os activos financeiros disponíveis para venda devem ser reavaliados ao justo valor e as respectivas mais e menos-valias potenciais (líquidas de impostos) reconhecidas numa rubrica dos capitais próprios denominada reserva de reavaliação de justo valor.

Em 1 de Janeiro de 2005 o valor líquido da reserva de reavaliação de justo valor ascendia a 5251 milhares de euros antes de impostos diferidos.

iv) Desreconhecimento da contabilidade de cobertura:

De acordo com as IAS/IFRS todos os derivados, sejam estes de cobertura ou embutidos em outros instrumentos, devem ser reconhecidos ao seu justo valor. A relação de cobertura tem de ser formalmente documentada, sendo a eficácia testada em cada período. Quando existe uma relação de cobertura de justo valor, a variação do justo valor do instrumento coberto é igualmente reconhecida em resultados (na proporção coberta).

Em 1 Janeiro de 2005, o Grupo decidiu desreconhecer as contabilidades de cobertura existentes no PCSB, seguindo os preceitos de desreconhecimento definidos na IAS 39. Esta reavaliação teve um impacto líquido de 74 milhares de euros antes de impostos diferidos.

v) Imparidade do crédito e saldos a receber:

De acordo com as IAS/IFRS as perdas por imparidade são calculadas com base na estimativa do valor que se espera recuperar do crédito, após custos de recuperação, actualizado à taxa de juro efectiva durante o período correspondente entre a data de cálculo de imparidade e a data prevista para a recuperação.

No normativo PCSB a imparidade resultava da constituição de provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa e de provisões para riscos gerais de crédito e risco-país nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

Em 1 de Janeiro de 2005, a imparidade da carteira de crédito e saldos a receber do Grupo era inferior em 13 milhões de euros, antes de impostos diferidos, ao total das provisões específicas e genéricas registadas no PCSB. A diferença líquida de impostos diferidos ascendeu a 12,3 milhares de euros e foi adicionada aos capitais próprios do Grupo.

4.2 — Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS:

Em 31 de Dezembro de 2004, o balanço consolidado do Grupo de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Balanço		
	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
<b>Activo:</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	10 520	10 520
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	40 159	40 159
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	32 440	450 891
Activos financeiros disponíveis para venda .....	356 427	—
Aplicações em instituições de crédito .....	1 174 997	1 173 981
Crédito a clientes .....	642 258	503 669
Derivados de cobertura .....	2 715	—
Outros activos tangíveis .....	3 105	3 105
Activos intangíveis .....	3 239	1 735
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação .....	164 350	198 219
Activos por impostos correntes .....	1 035	—
Activos por impostos diferidos .....	1 387	—
Outros activos .....	29 991	47 453
<i>Total do activo</i> .....	<u>2 462 623</u>	<u>2 429 732</u>
<b>Passivo:</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados .....	7 159	—
Recursos de outras instituições de crédito .....	1 281 075	1 277 149
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	196 913	196 496
Responsabilidades representadas por títulos .....	534 708	473 626
Derivados de cobertura .....	5 300	—
Provisões .....	6 495	6 432
Passivos por impostos correntes .....	—	—
Passivos por impostos diferidos .....	—	—
Passivos subordinados .....	37 281	37 025
Outros passivos .....	12 875	61 920
<i>Total do passivo</i> .....	<u>2 081 846</u>	<u>2 052 648</u>
<b>Capitais próprios:</b>		
Capital .....	244 768	244 768
Reservas de reavaliação de justo valor .....	—	—
Outras reservas e resultados transitados .....	29 444	7 247
Resultado líquido consolidado .....	27 400	29 308
<i>Total dos capitais próprios atribuíveis aos accionistas do grupo</i> .....	<u>301 612</u>	<u>281 323</u>
Interesses minoritários .....	79 165	95 761
<i>Total dos capitais próprios</i> .....	<u>380 777</u>	<u>377 084</u>
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i> .....	<u>2 462 623</u>	<u>2 429 732</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a demonstração de resultados consolidados do Grupo de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

Demonstração dos resultados		
	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
Juros e rendimentos similares .....	60 657	55 968
Juros e encargos similares .....	(43 159)	(33 697)
Margem financeira .....	17 498	22 071
Comissões recebidas .....	13 831	13 706
Comissões pagas .....	(1 145)	(1 145)
Comissões líquidas .....	12 686	12 561
Rendimentos e receitas operacionais .....	693	702
Encargos e gastos operacionais .....	(307)	(359)
Outros impostos .....	(653)	(778)
Ganhos e perdas não correntes .....	(267)	(435)



	2004 (pró-forma)	2004 PCSB
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados .....	412	(4 165)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	325	325
Resultados de reavaliação cambial .....	16	16
Outros resultados em operações financeiras .....	171	198
Resultados em operações financeiras .....	—	(3 626)
Produto bancário .....	30 841	30 571
Custos com pessoal .....	(8 657)	(3 657)
Gastos gerais administrativos .....	(6 348)	(6 349)
Depreciações e amortizações .....	(772)	(1 024)
Custos de estrutura .....	(16 777)	(16 030)
Imparidade e outras provisões líquidas .....	(1 088)	(1 133)
Resultados extraordinários líquidos .....	(507)	—
Resultado antes de impostos .....	13 363	13 408
Impostos sobre os lucros:		
Impostos correntes .....	(217)	(664)
Impostos diferidos .....	—	1 133
Resultado de empresas consolidadas (equivalência patrimonial) .....	30 351	25 602
Resultado consolidado global .....	44 003	39 459
Resultado atribuível a interesses minoritários .....	(14 695)	(12 059)
Resultado consolidado do Grupo .....	29 303	27 400

## 5 — Relato por segmentos:

## 5.1 — Segmentos de negócio:

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

Tesouraria e mercado de capitais — o segmento de tesouraria e mercado de capitais agrupa todas as actividades desenvolvidas pelo Grupo nos mercados financeiros, de capitais e derivados, quer para suprir as necessidades de financiamento das restantes actividades do Grupo quer desenvolvendo actividades de intermediação financeira e de gestão de activos próprios. Tais actividades envolvem nomeadamente a captação e aplicação de fundos nos mercados interbancários, a emissão de títulos de dívida e produtos estruturados de captação próprios, a intermediação (montagem e distribuição) de títulos de dívida por conta de clientes, sobretudo grandes empresas e grupos brasileiros, o investimento e negociação por conta própria de títulos, derivados e produ-

tos estruturados, quer com investidores institucionais quer com empresas clientes.

Banca comercial — o segmento de banca comercial apoia as necessidades financeiras de empresas com actividade e presença internacional, sendo um importante *player* no nicho de mercado das operações financeiras internacionais associadas ao financiamento das relações comerciais e de investimento entre o Brasil e a Europa. Entre os diversos serviços prestados destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas, o financiamento de exportações entre as melhores empresas brasileiras e empresas europeias, a prestação de serviços de consultoria e financiamento a empresas europeias que investem no Brasil, assim como a empresas brasileiras no seu processo de internacionalização.

*Private banking* — a área de *private banking* internacional está sediada no Luxemburgo, desenvolvida pelo Banco Itaú Europa Luxembourg, S. A., consiste na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, nomeadamente disponibilizando uma base diversificada e especializada de fundos de investimento, negociando e administrando por sua conta títulos e outros instrumentos financeiros assim como gerindo *trusts* e *investment companies* por conta dos clientes.

Outros — o segmento outros é um segmento residual que engloba, entre outros, a participação financeira no Banco BPI.

	2005					Total
	Tesouraria e mercados de capitais	Banca comercial	<i>Private banking</i>	Outros	Eliminações	
Proveitos externos .....	15 827	43 574	25 944	—	—	85 349
Proveitos intra-segmento .....	2 562	—	547	—	(3 109)	—
Total de proveitos .....	18 389	43 574	26 491	—	(3 109)	35 345
Custos do segmento .....	(5 456)	(25 638)	(7 114)	(224)	3 109	(35 323)
Resultado do segmento .....	12 933	17 936	19 377	(224)	—	50 022
Custos não alocados .....	—	—	—	—	—	(25 447)
Resultado antes de impostos .....	—	—	—	—	—	24 575
Impostos sobre os lucros .....	—	—	—	—	—	(3 853)
Resultados da associada .....	—	—	—	—	—	40 370
Resultado consolidado global .....	—	—	—	—	—	61 092

	2005					Total
	Tesouraria e mercados de capitais	Banca comercial	Private banking	Outros	Eliminações	
Resultado atribuível a interesses minoritários .....	—	—	—	—	—	(19 810)
Resultado consolidado do Grupo .....	—	—	—	—	—	41 282
Activos por segmento .....	1 656 745	1 030 305	71 730	190 152	—	2 958 932
Activos não alocados .....	—	—	—	—	—	10 189
Total de activos .....	1 696 745	1 030 305	71 730	130 152	—	2 989 121
Passivos por segmento .....	1 541 470	552 862	275 631	120 627	—	2 490 790
Passivos não alocados .....	—	—	—	—	—	20 496
Total de passivos .....	1 541 470	552 862	275 831	120 927	—	2 511 286
Outros itens por segmento:						
Investimento em capital fixo .....	—	—	311	1 132	—	1 743
Amortizações do exercício .....	—	—	(554)	(789)	—	(1 343)

## 5.2 — Segmentos geográficos:

Um segmento geográfico é uma componente identificável do grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis de outras que operem em ambientes económicos diferentes.

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes/activos e reparte-se da seguinte forma:

	2005				
	Total de activos	Total de passivos	Extrapatri- moniais	Proveitos	Investi- mento em capital fixo
Portugal .....	449 395	343 583	43 384	15 105	1 128
Resto da União Europeia .....	1 342 864	572 522	104 610	24 652	611
Resto da Europa .....	15 340	13	17 355	1 746	—
América do Norte .....	132 723	97 589	191 152	9 273	—
América Central e Caraíbas .....	404 913	384 968	8 477	16 310	—
América do Sul .....	424 303	175 476	330 100	17 072	4
Resto do mundo .....	3 572	(a) 616 268	1 102	1 187	—
Investimentos em associadas .....	190 152	—	—	—	—
Activos/passivos não alocados .....	5 839	20 867	—	—	—
<i>Total</i> .....	2 969 121	2 511 235	696 180	85 345	1 743

(a) Este saldo corresponde a títulos colocados em múltiplos países.

## 6 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Caixa .....	8	5
Depósitos à ordem no Banco de Portugal .....	6 602	7 353
Depósitos à ordem em bancos centrais estrangeiros .....	4 210	3 162
	11 020	10 520

A rubrica de depósitos à ordem em bancos centrais inclui, essencialmente, depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco do Luxemburgo, efectuados, respectivamente, pelo BIE e BIE Luxemburgo, e que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais de disponibilidades mínimas de caixa.

## 7 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Quanto a sua natureza, as disponibilidades em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem .....	946	792

	2005	2004 (pró-forma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem .....	23 134	39 367
	<u>24 080</u>	<u>40 159</u>

## 8 — Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida:		
Obrigações de outros emissores nacionais:		
Dívida subordinada .....	2 474	—
Obrigações de emissores públicos estrangeiros .....	1 655	6 492
Obrigações de outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada .....	13 884	21 036
Dívida subordinada .....	4 062	—
	<u>22 075</u>	<u>27 528</u>
Instrumentos derivados com justo valor positivo (nota n.º 9) .....	17 784	4 912
	<u>39 859</u>	<u>32 440</u>

O detalhe dos activos financeiros detidos para negociação é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/preço (porcentagem)			
Cotados:							
De outros residentes:							
Outros:							
Dívida subordinada:							
Obrigações:							
Banif Lisboa — 4,399% (29-12-2049) .....	EUR	1 373	1 000	103,00	1 414	1 416	Luxemburgo
Banif Lisboa — 2,944% (29-12-2014) .....	EUR	1 080	1 000	100,70	1 057	1 058	Luxemburgo
					<u>2 474</u>	<u>2 474</u>	
Emitidos por não residentes:							
De emissores públicos estrangeiros:							
Obrigações:							
Federal Republic of Brazil — 8,5% (24-9-2012) .....	EUR	1 400	1 000	115,84	1 618	1 655	Múltiplos
					<u>1 618</u>	<u>1 655</u>	
De outros não residentes:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
Petrobrás São Paulo — 8,825% (5-11-2007) .....	ITL	40	2 852	108,85	109	110	Luxemburgo
NUON — 4,125% (17-12-2014) .....	EUR	2 000	1 000	102,53	2 044	2 054	Múltiplos
Merck — 3,75% (7-12-2012) .....	EUR	1 000	1 000	100,18	997	1 004	Múltiplos
GFW Capital — 6% (29-12-2049) .....	EUR	1 000	1 000	100,30	993	1 005	Múltiplos
France Telecom — 6,75% (14-3-2008) .....	EUR	2 800	1 000	107,49	2 708	2 823	Múltiplos
Daimler Chrysler AG — 3,625% (10-11-2010) .....	EUR	1 000	1 000	99,70	998	1 002	Múltiplos
Telstra Corp. Ltd. — 3% (28-8-2010) .....	EUR	1 000	1 000	88,00	996	885	Londres
Telecom Itália Finance — 5,875% (24-1-2008) .....	EUR	1 500	1 000	105,18	1 617	1 660	Múltiplos
Telecom Itália Finance — 6,125% (30-7-2008) .....	EUR	1 000	1 000	109,71	1 125	1 123	Múltiplos
Cimpor Financial Operations BV — 4,5% (27-5-2011) .....	EUR	2 000	1 000	102,70	2 083	2 108	Luxemburgo
					<u>13 868</u>	<u>13 884</u>	

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/preço (porcentagem)			
Divida subordinada:							
Obrigações:							
Nykredit Bank Copenhagen — 4,901% (29-9-2049) .....	EUR	1 000	1 000	106,25	1 056	1 076	Luxemburgo
BNP Paribas Paris — 4,875% (29-10-2049) .....	EUR	1 000	1 000	94,85	965	969	Luxemburgo
Svenska Handelsbanken Stockholm — 4,194% (18-12-2048)	EUR	2 000	1 000	101,17	2 000	2 027	Luxemburgo
					<u>4 011</u>	<u>4 082</u>	
					21 768	22 075	

## 9 — Derivados de negociação:

O Grupo contraía derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC — Over The Counter) e em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados.

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu valor de mercado, que corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço (v. notas n.ºs 8 e 18) e tem impacto imediato em resultados.

O valor nocional é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005			2004 (pró-forma)		
	Valor nocional	Valor de balanço		Valor nocional	Valor de balanço	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro:						
<i>Swaps</i> .....	857 623	1 249	(8 603)	167 176	1 655	(3 580)
Futuros:						
<i>Compra</i> .....	—	88	—	—	362	—
<i>Venda</i> .....	(121 387)	—	—	(450 608)	—	—
Contratos sobre taxa de câmbio:						
Opções:						
<i>Compra</i> .....	1 102	40	(58)	—	—	—
<i>Venda</i> .....	(14 679)	—	—	—	—	—
<i>Forwards</i> :						
<i>Compra</i> .....	167 877	14 583	(3 399)	142 204	2 879	(3 515)
<i>Venda</i> .....	(138 007)	—	—	(142 890)	—	—
<i>Swaps</i> :						
<i>Compra</i> .....	306 695	85	(11 068)	320 325	16	(3)
<i>Venda</i> .....	(318 375)	—	—	(295 254)	—	—
Futuros:						
<i>Compra</i> .....	2 500	1	—	—	—	—
<i>Venda</i> .....	(2 462)	—	—	—	—	—
Contratos sobre cotações:						
Opções:						
<i>Compra</i> .....	—	—	(629)	—	—	—
<i>Venda</i> .....	(4 331)	—	—	—	—	—
Contratos sobre outro tipo de subjacente:						
<i>Credit default swaps</i> .....	61 889	1 780	(85)	—	—	—
		<u>17 784</u>	<u>(23 833)</u>		<u>4 912</u>	<u>(7 199)</u>

10 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Instrumentos de dívida:		
Obrigações de emissores públicos nacionais .....	151 143	165 150
Obrigações de emissores públicos estrangeiros .....	15 627	18 404
Obrigações de outros emissores nacionais:		
Dívida não subordinada .....	13 097	119 602
Dívida subordinada .....	—	4 230
Obrigações de outros emissores estrangeiros:		
Dívida não subordinada .....	45 547	47 774
Dívida subordinada .....	2 081	2 394
Provisão para depreciação de títulos e risco-país .....	—	(1 303)
Instrumentos de capital:		
Acções .....	—	38
Outros títulos:		
Unidades de participação .....	633	138
	<u>228 178</u>	<u>356 427</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, os cupões mínimo e máximo observados na carteira de títulos disponíveis para venda são de 2,42% e 12%, respectivamente, para os seguintes títulos: Lisnave Estaleiros (30 de Maio de 2007) e Federal Republic of Brazil (17 de Novembro de 2006).

O detalhe dos activos financeiros disponíveis para venda é apresentado de seguida:

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ preço (porcentagem)			
Instrumentos de dívida:							
Emitidos por residentes:							
De dívida pública portuguesa:							
Obrigações do Tesouro:							
Direcção-Geral do Tesouro — 5,5% — Fevereiro de 1999-2008 .....	EUR	1 521 333 586	0,010	100,95	17 894	18 593	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 5,85% — Maio de 2000-2010 .....	EUR	1 000 000 000	0,010	111,11	10 105	11 473	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 3,95% — Novembro de 1999-2009 .....	EUR	8 000 000 000	0,010	103,09	70 978	83 940	Euronext
Direcção-Geral do Tesouro — 6,625% — Fevereiro de 1999-2007 .....	EUR	3 556 478 888	0,010	104,35	37 747	39 137	Euronext
					<u>136 724</u>	<u>151 143</u>	
De outros residentes:							
Outros:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
Sonae Indústria — 3,279% — 2-4-2009 .....	EUR	1 000 000	10,000	100,32	10 000	10 092	Euronext
Banif Lisboa — 3,425% — 30-4-2015 .....	EUR	3 000	1 000,000	99,95	2 999	2 999	Luxemburgo
Listanave Estaleiros — 30-5-2007 .....	EUR	2 194 711	0,003	98,23	6	6	Euronext
					<u>13 005</u>	<u>13 097</u>	
Emitidos por não residentes:							
De emissores públicos estrangeiros:							
Obrigações:							
Federal Republic of Brazil — 11,5% — 2-4-2009 .....	EUR	3 620 000	0,830	121,45	3 620	3 802	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 8% — 28-2-2007 .....	DEM	10 633 000	0,480	105,18	10 633	5 725	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 12% — 17-11-2008 .....	EUR	3 562 610	0,900	107,82	3 583	3 514	Múltiplos
Federal Republic of Brazil — 8,5% — 24-9-2012 .....	EUR	2 427 800	0,870	115,84	2 428	2 481	Múltiplos
Kingdom of Denmark .....	USD	6 000	0,850	100,48	5	5	Múltiplos
					<u>20 249</u>	<u>15 827</u>	
De outros não residentes:							
Outros:							
Dívida não subordinada:							
Obrigações:							
CVRD Finance — 15-10-2007 .....	USD	2 000	378,000	100,04	785	783	Luxemburgo
CVRD Finance, Ltd. — 15-10-2007 .....	USD	452 080	0,850	103,34	383	403	Luxemburgo

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor de aquisição	Valor de balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ preço (porcentagem)			
Arcel Finance, Ltd. — 2-2-2009 .....	USD	6 005	537,00	102,170	3 442	3 313	Não cotado
Telesp Celular International, Ltd. — 5,888% — 29-7-2007 .....	USD	30 000 000	0,85	100,000	25 430	26 079	Não cotado
Daimler Chrysler AG — 10-9-2007 .....	USD	1 500	848,00	100,270	1 275	1 279	Múltiplos
LPG International — 21-12-2015 .....	USD	1 185 000	0,88	99,120	1 004	1 011	Luxemburgo
Sdison, SPA — 20-7-2007 .....	EUR	1 000	1 000,00	106,351	1 100	1 087	Múltiplos
France Telecom — 23-12-2009 .....	EUR	2 000	1 000,00	113,130	2 322	2 266	Múltiplos
Unibanco São Paulo — 9,375% — 30-4-2012 .....	USD	2 535 000	0,80	104,950	2 234	2 258	Múltiplos
BCO Itaú BBA CLN — 8% — 22-12-2008 .....	USD	2 700 000	0,85	100,000	2 264	2 293	Não cotado
BCO Itaú Cayman — 4,375% — 31-1-2008 .....	USD	8 000	0,85	98,250	7	7	Múltiplos
BCO Itaú Cayman 6M + 285 — 22-4-2008 .....	USD	125 000	0,85	117,970	123	126	Não cotado
BCO Itaú Cayman 6M + 200 RN 143 — 22-9-2008 .....	USD	417 000	0,85	100,000	353	300	Não cotado
BCO Itaú CD — 0% — 30-5-2005 .....	USD	110 000	0,85	98,350	92	92	Não cotado
BCO Itaú CLN — 4% — 20-12-2008 .....	USD	400 000	0,85	100,000	334	339	Não cotado
BCO Itaú/PBRA RC — 27-3-2008 .....	USD	408 231	0,85	100,000	346	348	Não cotado
Banco Bradesco — 3,5% — 2-9-2005 .....	USD	80 000	0,85	99,030	42	42	Não cotado
Banco Nacional de Desenvolvimento — 4,75% — 22-8-2008 .....	JPY	208 700 000	0,01	101,380	2 835	1 462	Não cotado
Banif Finance, Ltd. Cayman — 2,714% — 5-8-2009 .....	EUR	2 000	1 000,00	100,140	1 993	2 011	Luxemburgo
					<u>48 124</u>	<u>45 547</u>	
Divida subordinada:							
Obrigações:							
Caixa Geral de Depósitos Cayman — 29-12-2049 .....	EUR	2 000	1 000,00	103,900	2 093	2 081	Luxemburgo
					<u>2 093</u>	<u>2 081</u>	
Outros instrumentos:							
Emitidos por não residentes:							
Unidades de participação:							
Unibanco GDR Repr. 8 Units .....	USD	2 700	0,85	—	145	145	Não cotado
FGG Fairfield Investment Fund -USD- .....	USD	1	0,28	—	—	—	Não cotado
ILS Money Market USD .....	USD	1	2 055,81	107,980	2	2	Não cotado
ILS Money Market USD .....	USD	18	2 101,38	100,000	38	38	Não cotado
Itaucorp Plus Referenciado DI FICFI .....	USD	837	277,19	124,930	232	290	Não cotado
Itaucorp Plus DI — 40135/001 .....	BRL	763	—	—	—	208	Não cotado
					<u>417</u>	<u>683</u>	
					<u>218 622</u>	<u>228 178</u>	

Em 31 de Dezembro de 2005, os títulos disponíveis para venda que se encontram dados como garantia apresentam-se detalhados abaixo:

Títulos	Quantidade
Direcção-Geral do Tesouro 9,5% — Fevereiro de 1999-2006 .....	1 500 000 000
Direcção-Geral do Tesouro 5,85% — Maio de 2000-2010 .....	500 000 000
Direcção-Geral do Tesouro 3,95% — Novembro de 1999-2009 .....	7 531 238 800
Direcção-Geral do Tesouro 6,625% — Fevereiro de 1999-2007 .....	2 140 000 000
	<u>11 671 238 800</u>

#### 11 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário/depósitos a prazo .....	49 511	61 200
Juros a receber .....	233	67
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Mercado monetário interbancário/depósitos a prazo .....	1 311 641	1 106 863
Reverse repos .....	—	5 918
Juros a receber .....	2 223	949
	<u>1 363 608</u>	<u>1 174 997</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em euros, é de 2,52% e de 2,15%, respectivamente.  
Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para aplicações em dólares, é de 8,64% e de 4,05%, respectivamente.

#### 12 — Crédito a clientes:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Crédito não titulado:		
Crédito interno:		
Créditos em conta corrente a curto prazo .....	2 262	5 010
Empréstimos a médio e longo prazo .....	13 000	36 818
Créditos a empregados .....	6 223	6 729
Juros a receber .....	104	297
	<u>21 589</u>	<u>48 854</u>
Crédito ao exterior:		
Desconto de saque à importação .....	45 119	25 607
Créditos em conta corrente a curto prazo .....	269 040	170 519
Empréstimos a médio e longo prazo .....	565 226	398 413
Juros a receber .....	10 222	5 277
	<u>889 607</u>	<u>599 816</u>
Crédito e juros vencidos .....	402	132
Crédito titulado:		
Emitido por residentes:		
Obrigações .....	12 000	—
Papel comercial .....	159 397	—
Receitas com proveito diferido .....	(751)	—
	<u>170 646</u>	<u>—</u>
Emitido por não residentes:		
Obrigações .....	15 000	—
Papel comercial .....	4 238	—
Juros a receber .....	202	—
	<u>19 440</u>	<u>—</u>
Comissões a receber .....	463	—
Valor bruto do crédito a clientes .....	<u>1 102 147</u>	<u>648 802</u>
Imparidade do crédito .....	(1 797)	—
Provisões para créditos vencidos e de cobrança duvidosa e para risco-país .....	—	(6 544)
Valor líquido do crédito a clientes .....	<u>1 100 350</u>	<u>642 258</u>



Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a estrutura sectorial da carteira de crédito a clientes do Grupo (excluindo crédito e juros vencidos, juros e comissões a receber e receitas com proveito diferido) é a seguinte:

	2005	Porcentagem	2004 (pró-forma)	Porcentagem
Energia .....	29 752	2,7	10 607	1,6
Indústria siderúrgica e metalúrgica .....	158 958	14,6	108 754	15,9
Distribuição .....	33 865	3,1	5 500	0,9
Alimentação, bebidas e tabaco .....	132 459	12,1	90 578	14,1
Minação .....	25 430	2,3	22 025	3,4
Transportes e telecomunicações .....	63 510	5,8	16 054	2,5
Automóvel .....	51 722	4,7	43 554	6,8
Celulose .....	151 045	13,8	103 176	16,0
Indústria química e petroquímica .....	87 165	8,0	48 874	7,6
Comércio por grosso .....	42 522	3,9	11 332	1,8
Construção civil .....	59 255	5,4	18 954	2,9
Fabricação e comércio de material eléctrico .....	9 148	0,8	24 971	3,9
Têxtil e calçado .....	28 743	2,6	15 701	2,4
Reparação naval/const. aeronaves .....	33 973	3,1	17 620	2,7
Holdings e serviços .....	42 951	3,9	14 559	2,3
Crédito a particulares <i>private banking</i> .....	75 445	6,9	64 071	10,0
Outros sectores .....	65 562	6,0	26 766	4,2
	<b>1 091 505</b>	<b>100,0</b>	<b>643 096</b>	<b>100,0</b>

Em 31 de Dezembro de 2005, o crédito concedido a taxa variável e a taxa fixa é de 737 793 milhares de euros e 353 713 milhares de euros, respectivamente.

### 13 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Valor bruto					Saldo em 31 de Dezembro de 2005
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Aquisições	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	
Outros activos tangíveis:						
Imóveis de serviço próprio .....	2 500	434	110	(10)	—	3 034
Mobiliário e material .....	834	174	—	(219)	—	709
Máquinas e ferramentas .....	51	435	—	(4)	—	483
Equipamento informático .....	1 360	245	—	(473)	—	1 133
Instalações interiores .....	822	9	—	(95)	—	736
Material de transporte .....	400	68	—	(139)	—	329
Equipamento de segurança .....	42	—	—	—	—	42
Outro equipamento .....	38	21	—	—	—	59
Em curso .....	110	—	(110)	—	—	—
<i>Total</i> .....	<b>6 157</b>	<b>1 387</b>	<b>—</b>	<b>(940)</b>	<b>—</b>	<b>6 604</b>

	Amortizações acumuladas					Valor líquido	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Amortizações do exercício	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Outros activos tangíveis:							
Imóveis de serviço próprio .....	(507)	(109)	—	6	—	(610)	1 993
Mobiliário e material .....	(689)	(46)	—	186	(71)	(620)	145
Máquinas e ferramentas .....	67	(104)	—	4	46	13	118
Equipamento informático .....	(1 242)	(103)	—	441	—	(904)	118
Instalações interiores .....	(395)	(77)	—	82	(1)	(391)	427
Material de transporte .....	(249)	(71)	—	125	(2)	(197)	151
Equipamento de segurança .....	(22)	(6)	—	—	—	(28)	20
Outro equipamento .....	(15)	(1)	—	—	—	(16)	23
Em curso .....	—	—	—	—	—	—	110
<i>Total</i> .....	<b>(3 062)</b>	<b>(517)</b>	<b>—</b>	<b>844</b>	<b>28</b>	<b>(2 753)</b>	<b>3 105</b>

## 14 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido nos activos intangíveis durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Valor bruto					Saldo em 31 de Dezembro de 2005
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Aquisições	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	
Activos intangíveis:						
Despesas de estabelecimento .....	210	—	—	(64)	—	146
Custos plurianuais .....	430	—	—	(199)	—	231
Sistemas de tratamento automático de dados ( <i>software</i> ) .....	811	—	—	(739)	—	72
Outras .....	3 882	356	—	(546)	—	3 692
<i>Total</i> .....	5 333	356	—	(1 548)	—	4 141

	Amortizações acumuladas					Valor líquido	
	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	Amortizações do exercício	Transferências	Alienações/abates	Variação cambial	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (pró-forma)
Activos intangíveis:							
Despesas de estabelecimento .....	(208)	—	—	42	—	(166)	2 (20)
Custos plurianuais .....	(324)	—	—	189	—	(135)	106 96
Sistemas de tratamento automático de dados ( <i>software</i> ) .....	(793)	(9)	—	740	—	(62)	18 10
Outras .....	(769)	(817)	—	445	—	(1 141)	3 113 2 551
<i>Total</i> .....	(2 094)	(826)	—	1 416	—	(1 504)	3 239 2 637

## 15 — Investimentos em associadas:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Resultado de equivalência patrimonial	
	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)
	Banco BPI .....	8,21	8,21	190 152	164 350	40 370

Os dados financeiros mais significativos, expressos em milhares de euros, extraídos das demonstrações financeiras da associada indirecta Banco BPI, preparadas segundo as normas IAS/IFRS, são como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activo líquido .....	30 158 708	25 783 185
Passivo .....	28 671 042	24 527 099
Capitais próprios (a) .....	1 487 666	1 256 086
Lucro do exercício .....	250 816	159 298

(a) incluindo interesses minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2005 o valor de mercado da participação de 16,095% detida pela IPI no Banco BPI ascende a 472 milhões de euros (2004: 365 milhões de euros).

A certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, foi emitido pelo revisor oficial de contas do Banco BPI em 10 de Março de 2006 e inclui um parágrafo de ênfase onde é referido que:

Conforme divulgado na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras, em 2005 o Banco adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS) na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano de Contas para o Sistema Bancário) para

as IAS/IFRS, o Banco seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS 1), tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira com referência a 31 de Dezembro de 2004 e ao exercício então findo, anteriormente apresentada de acordo com o PCSB, foi reexpressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade, excepto quanto às IAS 32 — Instrumentos financeiros — divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2005, tal como permitido pelo IFRS 1. Na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras são apresentadas as divulgações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

## 16 — Activos por impostos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Activos por impostos correntes:		
IRC a recuperar .....	17	1 035
Activos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias .....	179	555
Por prejuízos fiscais .....	—	832
	<u>179</u>	<u>1 387</u>

## 17 — Outros activos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Devedores e outras aplicações:		
Estado e outros entes públicos .....	58	235
Outros devedores .....	453	508
	<u>511</u>	<u>743</u>
Rendimentos a receber:		
Por serviços bancários prestados .....	1 834	767
Outros rendimentos a receber .....	—	242
	<u>1 834</u>	<u>1 009</u>
Despesas com encargo diferido:		
Por serviços bancários recebidos .....	641	652
Rendas e alugueres .....	65	32
Seguros .....	6	8
Outras despesas com encargo diferido .....	112	55
	<u>824</u>	<u>747</u>
Outras contas de regularização:		
Operações a regularizar .....	1 886	2 004
Operações cambiais .....	—	25 139
Outras .....	135	349
	<u>2 021</u>	<u>27 492</u>
	<u>5 190</u>	<u>29 991</u>

## 18 — Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Passivos financeiros detidos para negociação:		
<i>Credit linked notes</i> .....	142 579	—
Instrumentos derivados com justo valor negativo (nota n.º 9) .....	23 833	7 199
	<u>166 412</u>	<u>7 199</u>

O detalhe dos passivos financeiros detidos para negociação é apresentado de seguida:

Entidade/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras	Juro corrido
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	18-11-2004	USD	5 000	5 000 000	4 238	(475)	35
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	22-11-2004	USD	6 500	8 500 000	5 510	—	32
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	30-11-2004	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	25
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	24-11-2004	USD	3 000	3 000 000	2 543	—	14
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	20-12-2004	USD	4 500	4 500 000	3 815	—	6
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	18-2-2005	EUR	10 000	10 000 000	10 000	(9 108)	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	25-2-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	9
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	28-2-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	(8)	9
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	18-3-2005	BRL	135 225	135 225 000	49 280	—	6 601
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	11-4-2005	EUR	5 000	5 000 000	5 000	(3 500)	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	5-5-2005	USD	4 810	4 810 000	4 077	—	69
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	5-5-2005	USD	5 200	5 200 000	4 408	—	43
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	10-5-2005	USD	10 000	10 000 000	8 473	—	61
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	24-8-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	93
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	6-9-2005	USD	3 000	3 000 000	2 543	—	48
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Callable Fixed Coupon Note (a)	18-9-2005	USD	6 000	6 000 000	5 086	—	92
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	24-10-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	52
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	29-9-2005	USD	1	2 500 500	2 120	—	72
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	7-10-2005	USD	1 228	2 609 500	2 212	—	85
BIE Bank & Trust Registered Global Note	20-12-2005	USD	1 261	1 261 260	1 069	—	—
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	3-10-2005	USD	5 000	5 000 000	4 238	—	50
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	7-12-2005	USD	7 054	7 053 667	5 979	—	—
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	13-12-2005	USD	5 080	5 080 297	4 305	—	20

Entidade/designação	Mais/(menos)-valias	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa do juro (percentagem)		Maturidade	Periodicidade do pagamento de juros	Cotação em bolsa
			Cupão	Taxa actuarial			
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(17)	3 781	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5	4,25	21-10-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(25)	6 508	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,15	4,25	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	(1)	4 262	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,25	4,25	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	2 557	1.º ano: 3 + 2 unit — target	—	—	—	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	3 828	USD/BRL: 3,15; 2.º ano: 5 (b)	5,00	20-11-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	—	1.º ano: 3 + 2 unit — target	—	—	—	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme BRL Range Credit Linked Global Note (a)	—	—	USD/BRL: 3,15; 2.º ano: 5 (b)	5,00	20-12-2006	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	455	1 347	18,10	18,10	15-2-2006	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Step Up Linked Global Note (a)	83	4 330	US Libor 3 m + 2	5,89	20-3-2006	Trimestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	60	4 299	US Libor 3 m + 1,75	5,64	20-3-2008	Trimestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	243	58 1214	16,85	16,80	13-3-2007	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Brazilian Foreign Exchange Indexed Note	632	2 132	17,75	17,75	15-2-2006	Anual	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	275	4 421	US Libor 6 m + 3,55	8,31	20-4-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	298	4 749	US Libor 6 m + 3,95	7,38	20-5-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	528	9085	US Libor 6 m + 3,81	7,22	20-5-2010	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	60	4 391	US Libor 6 m + 2	6,05	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	35	2 626	US Libor 6 m + 2	5,85	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Callable Fixed Coupon Note (a)	12	5 190	6,25	6,25	20-9-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust EMTSN Programme Floating Rate Credit Linked Note (a)	80	4 350	US Libor 6 m + 2	6,37	20-10-2008	Semestral	—
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	(62)	2 130	13,00	13,00	28-10-2008	Na maturidade	—

Entidade/designação	Mais/(menos)- valias	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa do juro (percentagem)		Maturidade	Periodicidade do pagamento de juros	Cotação em bolsa
			Cupão	Taxa actuarial			
BIE Bank & Trust Knock la Reverse Convertible Note	(512)	1 791	18,00	18,00	9-1-2006	Na maturidade	-
BIE Bank & Trust Registered Global Note	11	1 080	Dependente da cotação de um cabaz de moedas (JPY, CAD, EUR, GBP, AUD), em relação ao USD	-	28-12-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	4 288	6,60: USD 5 000 000 (se: ARS/USD < 2,0182); 12,80: ARS/USD > 2,0182) (c)	8,60	6-1-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	5 979	14 890 000 (se: ARS/USD > 3,0187) (c)	7,00: USD 7 053 066,67 (se: ARS/USD < 2,9995); 14,30: ARS 21 030 507,17 (se: ARS/USD > 2,9995) (c)	6-1-2006	Na maturidade	-
BIE Londres Acindar Duplo ARS e USD	-	4 329	7,50: USD 5 080 292,11 (se: ARS/USD < 3,0443); 14,10: ARS 15 291 679,25 (se: ARS/USD > 3,0443) (c)	7,50	14-2-2006	Na maturidade	-
		142 579					

(a) O Montante global do programa é de 1 000 000 000 de dólares.  
(b) Onde BRL/USD significa a taxa spot BRL/USD em todos os momentos durante o período de avaliação.  
(c) Onde ARS/USD significa a taxa spot ARS/USD na maturidade.

## 19 — Recursos de outras instituições de crédito:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Recursos de instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário/dépósitos a prazo .....	327 482	208 228
Empréstimos sindicados .....	13 500	-
Juros a pagar .....	409	260
	<u>341 391</u>	<u>208 486</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
Dépósitos à ordem .....	91	39
Mercado monetário interbancário/dépósitos a prazo .....	733 775	790 021
Empréstimos sindicados .....	186 500	105 000
Operações de venda com acordo de recompra .....	107 472	152 344
Juros a pagar .....	5 777	3 666
	<u>1 033 615</u>	<u>1 051 070</u>
Outros recursos .....	52	21 519
	<u>1 375 058</u>	<u>1 281 075</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em euros, é de 2,86% e de 1,84%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005, a taxa de juro máxima e mínima, para recursos de outras instituições de crédito em dólares, é de 4,88% e de 3,54%, respectivamente.

## 20 — Recursos de clientes e outros empréstimos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Recursos de clientes no País:		
Dépósitos à vista .....	1 443	400
Dépósitos a prazo .....	-	615
Juros a pagar .....	-	44
Recursos de clientes no estrangeiro:		
Dépósitos à vista .....	123 179	117 929
Dépósitos a prazo .....	145 007	72 361
Juros a pagar .....	1 002	374
Venda de títulos a descoberto .....	-	5 190
	<u>275 631</u>	<u>196 913</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica de recursos de clientes no estrangeiro — depósitos a prazo, inclui um depósito no montante de 1040 milhares de dólares que se encontra a colateralizar um crédito.

## 21 — Responsabilidades representadas por títulos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
<i>Euro medium term notes</i> .....	497 922	445 941
<i>Credit linked notes</i> .....	-	27 685
Papel comercial .....	54 647	59 544
Juros a pagar .....	2 304	2 061
Despesas com as emissões .....	(2 011)	(523)
	<u>552 962</u>	<u>534 708</u>

O detalhe das responsabilidades representadas por títulos é apresentado de seguida:

Responsabilidades representadas por títulos em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE EMTN Programme (a) .....	Julho de 2004	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(27 900)
BIE — SFE EMTN Programme (a) .....	Junho de 2005	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(1 528)
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (b) .....	Julho de 2003	EUR	150 000	150 000 000	150 000	(30 650)
BIE — SFE EMTN Programme (a) .....	Fevereiro de 2005	EUR	8 000	8 000 000	8 000	—
Fin Trade (SPE) papel comercial (c) .....	Outubro de 2005	USD	60 000	60 000 000	50 860	(38 145)
Brazcomp (SPE) papel comercial (d) .....	Outubro de 2005	EUR	24 981	24 981 000	24 961	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d) .....	Outubro de 2005	USD	35 000	35 000 000	26 689	(12 698)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	172 100	Euribor 3 m	+ 0,45	2,84	Trimestral	Julho de 2007	Luxemburgo
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	198 472	Euribor 3 m	+ 0,375	2,86	Trimestral	Julho de 2010	Luxemburgo
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (b) ...	119 350	Euribor 3 m	+ 0,55	2,74	Trimestral	Julho de 2006	—
BIE — SFE EMTN Programme (a) ...	8 000	Euribor 3 m	+ 0,47	2,63	Semestral	Fevereiro de 2012	Luxemburgo
	<u>497 922</u>						
Fin Trade (SPE) papel comercial (c)	12 715	USLibor 6 m	+ 1,26	5,61	Semestral	Abril de 2006	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	24 961	—	—	(e) —	Trimestral	Janeiro de 2006	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (d)	16 971	—	—	(f) —	Trimestral	Janeiro de 2006	—
	<u>54 647</u>						

(a) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 750 milhões de euros.

(b) O montante global do programa é de 150 milhões de euros.

(c) O montante total do programa de papel comercial da Fin Trade é de 350 milhões de dólares.

(d) O montante total do programa de papel comercial da Brazcomp é de 350 milhões de dólares.

(e) Cupão implícito: 2,632% (Euribor 3 m + 0,44%).

(f) Cupão implícito: 4,56% USLibor 3 m + 0,43%.

Responsabilidades representadas por títulos em 31 de Dezembro de 2004:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (a) .....	Julho de 2003	EUR	150 000	150 000 000	150 000	—
BIE — SFI EMTN Programme (b) .....	Março de 2002	EUR	125 000	125 000 000	125 000	(28 875)
BIE — SFE EMTN Programme (c) .....	Julho de 2004	EUR	200 000	200 000 000	200 000	(184)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
BIE — SFE Rate Notes Duo 2006 (a)	150 000	Euribor 3 m	+ 0,55	2,70	Trimestral	Julho de 2005	—
BIE — SFI EMTN Programme (b) ....	98 125	Euribor 3 m	+ 0,55	2,72	Trimestral	Março de 2005	Luxemburgo
BIE — SFE EMTN Programme (c) ....	199 816	Euribor 3 m	+ 0,45	2,60	Trimestral	Julho de 2007	Luxemburgo
	<u>445 941</u>						

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFE EMTSN Programme (d) .....	Outubro de 2004	USD	11 779	11 779 000	8 648	—
BIE — SFE EMTSN Programme (d) .....	Outubro de 2004	USD	1 930	1 930 000	1 417	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d) .....	Novembro de 2004	USD	5 000	5 000 000	3 871	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d) .....	Novembro de 2004	USD	6 500	6 500 000	4 772	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d) .....	Novembro de 2004	USD	5 000	5 000 000	3 671	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d) .....	Novembro de 2004	USD	3 000	3 000 000	2 202	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d) .....	Dezembro de 2004	USD	4 500	4 500 000	3 304	—

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Cupão	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	8 648	3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15 (e)	5,00000		Anual	Outubro de 2005	—
BIE — SFE EMTSN Programme (d)	1 417	3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,10 (e)	5,00000		Anual	Outubro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 871	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,00	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	4 772	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,15	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 671	1.º ano: 4,25; 2.º ano: 5,25	4,25		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	2 202	1.º ano: 3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15; 2.º ano: 5,00 (e)	5,00000		Semestral	Novembro de 2005	—
BIE — B&T EMTSN Programme (d)	3 304	1.º ano: 3 + 2 n/NT — <i>target</i> USD/BRL 3,15; 2.º ano: 5,00 (e)	5,00000		Semestral	Dezembro de 2005	—
	27 685						

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
Fin Trade (SPE) papel comercial (f) .....	Outubro de 2004	USD	60 000	60 000 000	44 050	(25 696)
Brazcomp (SPE) papel comercial (g) .....	Outubro de 2004	EUR	8 920	8 920 000	8 920	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g) .....	Outubro de 2004	USD	54 030	54 030 000	39 667	(7 398)

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)			
Fin Trade (SPE) papel comercial (f)	18 346	USLibor 6 m	—	3,49	Semestral	Abril de 2005	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	8 920	—	—	(h) —	Trimestral	Janeiro de 2005	—
Brazcomp (SPE) papel comercial (g)	32 270	—	—	(i) —	Trimestral	Janeiro de 2005	—
	59 544						

(a) O montante global do Programa é de 150 milhões de euros.

(b) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 500 milhões de dólares.

(c) O montante global do Euro Medium Term Note Programme é de 750 milhões de euros.

(d) O montante global do Euro Medium Term Structured Note Programme é de 1 000 milhões de dólares.

(e) Em que n/NT é o *ratio* entre o número de dias de negociação em que a PTAX 800 (ask) USD/BRL, é igual ou menor que o *target* e o número de dias de negociação das PTAX 800 USD/BRL no período.

(f) O montante global do Programa de Papel Comercial da Fin Trade é de 350 milhões de dólares.

(g) O montante global do Programa de Papel Comercial da Brazcomp é de 350 milhões de dólares.

(h) Cupão implícito: 2,646% (Euribor 3 m + 0,50%).

(i) Cupão implícito: 2,558% (USLibor 3 m + 0,49%).

## 22 — Passivos por impostos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Passivos por impostos correntes:		
IRC a pagar .....	1 589	—
Passivos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias .....	2 046	—

## 23 — Passivos subordinados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Emissões subordinadas .....	120 630	37 025
Juros a pagar .....	197	256
	120 827	37 281

O detalhe dos passivos subordinados é apresentado de seguida:

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2005:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — SFI Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (a) .....	Dezembro de 2005	EUR	100 000	100 000 000	100 000	(4 600)
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b) .....	Novembro de 1998	USD	30 000	30 000 000	25 430	—

  

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2005	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	Call options aos cupões	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — SFI Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (a) .....	95 200	Euribor 3 m	+ 0,550	3,03900	1.º ao último	Dez./2015	10.º e segs.	Luxemburgo
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b) .....	25 430	Libor 6 m	+ 0,375	4,95500	1.º ao último	Mar./2008	10.º e segs.	—
	120 630							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário, constituído pelo Bayerische Hypo-Verelorsbank AG, BIE Bank & Trust, Ltd., and Landasback Baden-wildemberg.

(b) Estes títulos foram subscritos por uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaúsa (Brasil).

Passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2004:

Entidade emitente/designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em moeda	Montante da emissão (euros)	Recompras
BIE — Lisboa — Obrig. da caixa subordinadas — Banco Itaú Europa/99 (a) .....	Fevereiro de 1989	EUR	15 000	15 000 000	15 000	—
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b) .....	Novembro de 1988	USD	30 000	30 000 000	22 025	—

  

Entidade emitente/designação	Saldo em 31 de Dezembro de 2004	Taxa de juro			Cupão	Maturidade	Call options aos cupões	Cotação em bolsa
		Indexante	Spread (porcentagem)	Taxa actual (porcentagem)				
BIE — Lisboa — Obrigações de caixa subor. — Banco Itaú Europa/99 (a) .....	15 050	Euribor 6 m	+ 1,500	3,75050	1.º ao último	Fev./2009	10.º e segs.	Lisboa
BIE — SFE Madeira — Subordinated Floating Rate Notes (b) .....	22 025	Libor 6 m	+ 0,375	3,00500	1.º ao último	Nov./2008	10.º e segs.	—
	37 025							

(a) Estes títulos foram colocados e tomados firme por um sindicato bancário, constituído pelo Banco BPI, S. A., Caixa Geral de Depósitos, S. A., BCP Investimento, S. A., e Banco Espírito Santo, S. A.

(b) Estes títulos foram subscritos por uma instituição de crédito pertencente ao Grupo Itaúsa (Brasil).

24 — Outros passivos:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
<b>Credores e outros recursos:</b>		
Estado e outros entes públicos .....	444	497
Outros credores .....	2 063	1 708
	<u>2 512</u>	<u>2 205</u>
<b>Encargos a pagar:</b>		
Gastos com pessoal .....	3 258	1 254
Serviços bancários prestados por terceiros .....	225	120
Outros serviços prestados por terceiros .....	1 851	209
Outros encargos a pagar .....	2 313	3 950
	<u>7 647</u>	<u>5 533</u>



	2005	2004 (pró-forma)
Receitas com rendimento diferido:		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros .....	1 378	434
Garantias prestadas e outros passivos eventuais .....	241	292
Outras receitas com rendimento diferido .....	23	44
	<u>1 642</u>	<u>770</u>
Outras contas de regularização:		
Operações a regularizar .....	4 187	4 112
Outras .....	723	255
	<u>4 910</u>	<u>4 367</u>
	<u>16 711</u>	<u>12 875</u>

## 25 — Provisões e imparidade:

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo durante o exercício de 2005 foi o seguinte:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)	IAS 32 e 38	Aumentos	Repo- sições/ rever- sões	Utili- zações	Saldo em 31 de Dezembro de 2005
Activo:						
Imparidade em crédito a clientes (nota n.º 12) .....	8 544	(5 746)	529	—	—	1 797
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda .....	1 303	(1 303)	—	—	—	—
	<u>7 847</u>	<u>(6 579)</u>	<u>529</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 797</u>
Passivo:						
Provisões para garantias e compromissos assumidos .....	63	—	87	—	—	150
Outras provisões .....	6 432	(6 432)	—	—	—	—
	<u>6 495</u>	<u>(6 432)</u>	<u>87</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>150</u>
<i>Total</i> .....	<u>14 342</u>	<u>(13 011)</u>	<u>87</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>1 947</u>

## 26 — Capital:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 o capital social da Itaúsa Europa ascidia a 244 768 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado, e era representado por duas quotas como segue:

	2005		2004	
	Valor da quota	Percen- tagem do capital	Valor da quota	Percen- tagem do capital
Itaúsa Export, L. <sup>da</sup> — Grupo Itaúsa .....	215 060	67,36	215 060	87,86
Itaúsa — Investimentos Itaú, S. A. ....	29 708	12,14	29 708	12,14
	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>	<u>244 768</u>	<u>100,00</u>

## 27 — Reservas de reavaliação de justo valor:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Reservas da reavaliação de justo valor:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida .....	1 750	—
Impostos diferidos passivos .....	(466)	—
	<u>1 284</u>	<u>—</u>

## 28 — Outras reservas e resultados transitados:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Reserva legal .....	36 840	27 560
Outras reservas e resultados transitados .....	35 825	1 884
	<u>72 665</u>	<u>29 444</u>

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (artigo 97.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

## 29 — Interesses minoritários:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	Balanço		Demonstração de resultados	
	2005	2004 (pró-forma)	2005	2004 (pró-forma)
Accionistas minoritários de:				
Itaúsa Portugal — SGPS, S. A. ....	14	11	2	1
IPI — Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, L.ª .....	97 745	79 093	19 797	12 053
BIEL Holding AG .....	55	46	7	(4)
BIE Luxembourg, S. A. ....	22	15	4	4
	<u>97 836</u>	<u>79 165</u>	<u>19 810</u>	<u>12 059</u>

## 30 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Garantias recebidas:		
Garantias e avales .....	1 064 115	529 564
Cartas de crédito <i>stand-by</i> .....	8 749	—
Créditos documentários .....	1 373	—
	<u>1 074 237</u>	<u>529 564</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Subscrição de títulos .....	14 500	9 408
Títulos dados em garantia .....	123 039	167 764
Garantias bancárias .....	273 017	137 443
Outros .....	60 927	8 059
	<u>471 483</u>	<u>322 674</u>
Compromissos:		
Linhas de crédito irrevogáveis .....	216 220	106 057
Residentes .....	11 738	1 815
Não residentes .....	204 482	104 242
Subscrição de títulos .....	8 477	33 038
	<u>224 697</u>	<u>139 095</u>
Responsabilidades por prestação de serviços:		
Depósito e guarda de valores .....	2 094 660	1 530 970
Valores administrados pela instituição .....	209 590	118 749
	<u>2 304 250</u>	<u>1 649 719</u>

## 31 — Margem financeira:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades .....	493	251
Juros de aplicações em instituições de crédito .....	27 326	14 056

	2005	2004 (pró-forma)
Juros de crédito .....	36 970	20 699
Juros de crédito vencido .....	2	75
Juros de títulos detidos para negociação .....	1 202	3 541
Juros de títulos disponíveis para venda .....	17 317	15 299
Juros de immobilizações financeiras .....	2	757
Outros juros e rendimentos similares .....	5 416	1 290
	<u>88 728</u>	<u>55 958</u>
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos:		
De outras instituições de crédito .....	(30 203)	(17 887)
Depósitos de clientes .....	(3 684)	(1 062)
Débitos representados por títulos .....	(13 460)	(12 083)
Juros de vendas a descoberto .....	(53)	—
Juros de passivos subordinados .....	(1 060)	(1 020)
Outros juros e encargos similares .....	(3 950)	(1 845)
	<u>(52 415)</u>	<u>(33 897)</u>
Margem financeira .....	36 313	22 071

## 32 — Comissões líquidas:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Comissões recebidas:		
Por garantias prestadas .....	820	177
Por compromissos assumidos perante terceiros .....	4 003	2 763
Por serviços bancários prestados .....	5 873	3 309
Por operações realizadas por conta de terceiros .....	9 389	6 441
Outras .....	937	1 016
	<u>21 022</u>	<u>13 706</u>
Comissões pagas:		
Por garantias prestadas .....	(756)	(70)
Por compromissos assumidos perante terceiros .....	(45)	(11)
Por serviços bancários prestados .....	(896)	(683)
Por operações realizadas por conta de terceiros .....	(771)	(362)
Outras .....	(991)	(19)
	<u>(3 459)</u>	<u>(1 145)</u>
Comissões líquidas .....	17 563	12 561

## 33 — Ganhos e perdas não correntes:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Rendimentos e receitas operacionais:		
Proveitos pela prestação de serviços .....	76	216
Reembolso de despesas .....	598	—
Outros proveitos .....	150	486
	<u>824</u>	<u>702</u>
Encargos e gastos operacionais:		
Quotizações e donativos .....	(117)	(142)
Outros gastos operacionais .....	(241)	(217)
	<u>(358)</u>	<u>(359)</u>
Outros impostos:		
Impostos indirectos .....	(936)	(736)
Impostos directos .....	(54)	(42)
	<u>(990)</u>	<u>(778)</u>
	<u>(524)</u>	<u>(435)</u>

## 34 — Lucros líquidos em operações financeiras:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através da resultados:		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação .....	(1 237)	919
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação .....	532	—
Resultados de instrumentos derivados .....	(8 576)	(5 084)
	<u>(9 231)</u>	<u>(4 165)</u>
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda:		
Títulos de dívida .....	1 971	267
Títulos de capital .....	18	15
Outros títulos .....	167	43
	<u>2 156</u>	<u>325</u>
Resultados de reavaliação cambial .....	<u>2 126</u>	<u>16</u>
Outros resultados em operações financeiras:		
Resultados de alienação de crédito a clientes .....	1 676	172
Outros resultados .....	(57)	26
	<u>1 619</u>	<u>199</u>
	<u>(3 330)</u>	<u>(3 626)</u>

## 35 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização .....	(1 773)	(1 391)
Remuneração de empregados .....	(9 247)	(6 145)
Encargos sociais .....	(1 249)	(1 106)
Outros custos com o pessoal .....	(617)	(15)
	<u>(12 886)</u>	<u>(8 657)</u>

Os membros dos órgãos sociais e os empregados ao serviço do Grupo distribuem-se pelas seguintes categorias como segue:

	2005	2004
Órgãos sociais:		
Administração .....	26	20
Conselho fiscal .....	2	2
Quadro de pessoal:		
Direcção .....	27	21
Técnicos e chefias intermédias .....	59	61
Administrativos .....	27	15
Auxiliares .....	4	3
	<u>145</u>	<u>122</u>

## 36 — Impostos sobre os lucros:

O pagamento dos impostos sobre os lucros apurados em entidades com sede em Portugal é efectuado com base em declarações de auto-liquidação, que ficam sujeitas a inspecções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam os impostos apurados. No entanto, é convicção da administração que não ocorrerão quaisquer liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a sociedade reconheceu como dedução à base tributável de IRC, nas respectivas demonstrações de resultados individuais, os montantes calculados com base nos valores a pagar e/ou pagos em Portugal, os quais incluem o respectivo encargo do lucro gerado no período pela subsidiária sediada nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, o encargo acima referido incluía o efeito inerente às deduções fiscais reportáveis, as quais resultam de situações de dupla tributação. A análise comparativa do encargo com IRC é como segue:

	2005	2004 (pró-forma)
Impostos correntes:		
Da subsidiária nas Ilhas Caimão .....	(1 964)	(1 870)
Do resultado sujeito a tributação do exercício em análise .....	(21 079)	(4 199)
De deduções fiscais — dupla tributação .....	20 837	5 852
Outros .....	426	(497)
	<u>(1 730)</u>	<u>(684)</u>
Impostos diferidos:		
Prejuízos fiscais reportáveis .....	(832)	832
Instrumentos financeiros derivados .....	(1 154)	312

	2005	2004 (pró-forma)
Activos intangíveis .....	(8)	(9)
Imparidade .....	(25)	—
Comissões .....	(4)	—
Provisões para crédito .....	(118)	—
Provisões para garantias e compromissos .....	18	(2)
	<u>(2 123)</u>	<u>1 133</u>

Durante os anos de 2005 e 2004, como consequência da intenção da administração de distribuir, antes do final dos respectivos exercícios, os resultados em exercícios anteriores gerados e distribuídos à subsidiária Itaú Europa — SGPS pela subsidiária nas Ilhas Caimão, a sociedade reconheceu nos seus lucros individuais e consolidados, o efeito do respectivo IRC anteriormente contabilizado e pago.

### 37 — Partes relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2005					
	Activos	Passivos	Garantias prestadas	Garantias prestadas	Proveitos	Custos
Grupo BPI .....	32 257	55 572	35 730	5 000	380	1 315
Grupo Itaúsa (Brasil) (a) .....	<u>144 162</u>	<u>409 165</u>	<u>106 760</u>	<u>88 610</u>	<u>1 143</u>	<u>7 810</u>
	<u>175 419</u>	<u>464 737</u>	<u>145 510</u>	<u>93 610</u>	<u>1 523</u>	<u>9 125</u>
	2004					
	Activos	Passivos	Garantias prestadas	Garantias prestadas	Proveitos	Custos
Grupo BPI .....	40 229	19 574	8 463	—	1 136	1 072
Grupo Itaúsa (Brasil) (a) .....	<u>933</u>	<u>223 977</u>	<u>18 574</u>	<u>51 006</u>	<u>152</u>	<u>1 424</u>
	<u>41 182</u>	<u>248 551</u>	<u>27 040</u>	<u>51 006</u>	<u>1 233</u>	<u>2 496</u>

(a) Inclui as empresas Afínco Américas Madeira, Banco Itaú BBA Nassau, Banco Itaú BBA São Paulo, Banco Itaú Cayman, Banco Itaú New York, Banco Itaú São Paulo, Itaú Bank Cayman, Zux Madeira e Itaú Securities.

### 38 — Eventos subsequentes:

#### Aquisição de acções do Banco BPI:

Em 27 de Janeiro de 2006, a subsidiária IPI aumentou a sua participação no Banco BPI para 16,40% através da aquisição de 2 300 000 acções ao preço médio unitário de cerca de 4,20 euros.

#### Aumento de capital:

A 6 de Fevereiro de 2006 realizou-se um aumento de capital na subsidiária IPI, no montante de 60 000 milhares de euros. Este aumento de capital foi integralmente subscrito e realizado pelos sócios, mantendo-se inalterada a respectiva proporção da participação.

#### Lançamento de uma OPA ao Banco BPI:

A 13 de Março de 2006 a subsidiária IPI tomou conhecimento de uma oferta pública de aquisição sobre as acções do Banco BPI pelo valor de 5,70 euros cada, por parte do Banco Comercial Português.

#### Novas emissões de *credit linked notes*:

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: BRL 113 550 000 Brazilian Foreign Exchange Index Linked Notes due 2009;

Montante em moeda: BRL 113 550 000;

Data de emissão: 20 de Janeiro de 2006;

Maturidade: 2 de Fevereiro de 2009;

Taxa de juro: 14,1%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;

Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;

Montante em moeda: USD 1 054 200;

Data de emissão: 27 de Janeiro de 2006;

Maturidade: 27 de Abril de 2006;

Taxa de juro: 18,2%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;

Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;

Montante em moeda: USD 1 138 440;

Data de emissão: 31 de Janeiro de 2006;

Maturidade: 2 de Maio de 2006;

Taxa de juro: 16%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;

Descrição: Registered Global Note — Knock-In Reverse Convertible Note;

Montante em moeda: USD 2 503 446;

Data de emissão: 6 de Fevereiro de 2006;

Maturidade: 9 de Maio de 2006;

Taxa de juro: 14%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;

Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 2 130 000 Worst of Reverse Convertible;

Montante em moeda: USD 2 130 000;

Data de emissão: 9 de Fevereiro de 2006;

Maturidade: 19 de Maio de 2006;

Taxa de juro: 23%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;

Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 781 611 Knock-In Reverse Convertible;

Montante em moeda: USD 1 731 611;

Data de emissão: 10 de Fevereiro de 2006;

Maturidade: Maio 10, 2006

Taxa de juro: 20%, Taxa fixa.

Emitente: BIE — Sucursal de Londres;

Descrição: Foreign Exchange Indexed Note;

Montante em moeda: USD 5 116 241,57;

Data de emissão: 14 de Fevereiro de 2006;  
Maturidade: 17 de Março de 2006;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* ARS/USD na maturidade.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 200 966 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 200 966;  
Data de emissão: 18 de Fevereiro de 2006;  
Maturidade: 17 de Maio de 2006;  
Taxa de juro: 20%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 002 456 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 002 456;  
Data de emissão: 21 de Fevereiro de 2006;  
Maturidade: 22 de Maio de 2006;  
Taxa de juro: 15,5%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 137 815 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 137 815;  
Data de emissão: 23 de Fevereiro de 2006;  
Maturidade: 23 de Maio de 2006;  
Taxa de juro: 16%. Taxa fixa.

Emitente: BIE — Sucursal de Londres;  
Descrição: Foreign Exchange Indexed Note;  
Montante em moeda: USD 5 000 000;  
Data de emissão: 28 de Fevereiro de 2006;  
Maturidade: 26 de Abril de 2006;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* ARS/USD na maturidade.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 500 000;  
Data de emissão: 3 de Março de 2006;  
Maturidade: 23 de Fevereiro de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 500 000;  
Data de emissão: 9 de Março de 2006;  
Maturidade: 13 de Março de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 420 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 420 000;  
Data de emissão: 15 de Março de 2006;  
Maturidade: 10 de Março de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 581 565 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 581 565;  
Data de emissão: 27 de Março de 2006;  
Maturidade: 26 de Junho de 2006;  
Taxa de juro: 24%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 963 249,6 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 963 249,6;  
Data de emissão: 23 de Março de 2006;  
Maturidade: 26 de Junho de 2006;  
Taxa de juro: 24%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 300 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 300 000;  
Data de emissão: 23 de Março de 2006;  
Maturidade: 23 de Março de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 398 667 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 368 667;  
Data de emissão: 4 de Abril de 2006;  
Maturidade: 3 de Julho de 2006;  
Taxa de juro: 15%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 000 000 Worst of Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 1 000 000;  
Data de emissão: 17 de Abril de 2006;  
Maturidade: 13 de Julho de 2006;  
Taxa de juro: 32%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 500 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 500 000;  
Data de emissão: 27 de Abril de 2006;  
Maturidade: 24 de Abril de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 000 000 Leveraged Shark Notes;  
Montante em moeda: USD 1 000 000;  
Data de emissão: 27 de Abril de 2006;  
Maturidade: 24 de Abril de 2007;  
Taxa de juro: A nota não paga juros. O *final redemption amount* depende da cotação da taxa de câmbio *spot* BRL/USD em qualquer momento durante o período da nota.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 775 000 Knock-In Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 775 000 Knock-In Reverse Convertible;  
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;  
Maturidade: 27 de Julho de 2006;  
Taxa de juro: 21,15%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 3 470 000 Worst of Reverse Convertible;  
Montante em moeda: USD 3 470 000;  
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;  
Maturidade: 26 de Julho de 2006;  
Taxa de juro: 21%. Taxa fixa.

Emitente: BIE Bank & Trust;  
Programa: USD 1 000 000 000 Medium Term Structured Note Programme;

Descrição: USD 1 085 000 Worst of Reverse Convertible;

Montante em moeda: USD 1 085 000;  
Data de emissão: 28 de Abril de 2006;  
Maturidade: 26 de Julho de 2006  
Taxa de juro: 21,6%. Taxa fixa.

A Gerência: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

### Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Itaúsa Europa Investimentos — SGPS, L.<sup>da</sup>, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 2 969 121 milhares de euros e um total de capital próprio de 359 999 milhares de euros, incluindo interesses minoritários de 97 836 milhares de euros e um resultado líquido de 41 282 milhares de euros), a demonstração consolidada de resultados, a demonstração de alterações ao capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade (*i*) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (*ii*) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia; (*iii*) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e (*iv*) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (*i*) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas

constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a verificação das operações de consolidação; (*iii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iv*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*v*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado do conselho da administração com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Itaúsa Europa Investimentos — SGPS, L.<sup>da</sup> em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido nas notas n.ºs 2.1 e 2.2 das notas explicativas, em 2005 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, a informação financeira com referência a 31 de Dezembro de 2004 e ao exercício então findo, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade, excepto quanto às IAS 32 — Instrumentos financeiros — divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos financeiros — reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de seguro, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2005, tal como permitido pela IFRS 1. Na nota n.º 3 das notas explicativas são apresentadas as divulgações relativamente ao processo de transição para as IAS/IFRS tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 21 de Abril de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por José Manuel Henriques Bernardo, revisor oficial de contas.

3000218121

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750